

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – ICSA**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS - DEECO**

**VISÕES INSTITUCIONALISTAS SOBRE A COORDENAÇÃO ECONÔMICA**

**DANIEL MARTINS MESSIAS**

MARIANA  
DEECO /ICSA/UFOP  
2018

**DANIEL MARTINS MESSIAS**

**VISÕES INSTITUCIONALISTAS SOBRE A COORDENAÇÃO ECONÔMICA**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. André Mourthé de Oliveira

MARIANA  
DECE/ICSA/UFOP

2018

M585v      Messias, Daniel Martins.  
              Visões Institucionalistas Sobre a Coordenação Econômica [manuscrito] /  
              Daniel Martins Messias. - 2018.

53f.: Figuras; Quadro.

Orientador: Prof. Dr. André Mourthé de Oliveira.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Econômicas e Gerenciais.

1. Economia Institucional. 2. Coordenação econômica. 3. Nova Economia Institucional. 4. Economia Política Institucionalista. I. de Oliveira, André Mourthé . II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 338.2

Catálogo: [ficha.sisbin@ufop.edu.br](mailto:ficha.sisbin@ufop.edu.br)

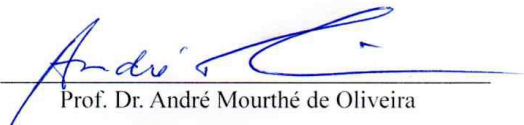
**Daniel Martins Messias**

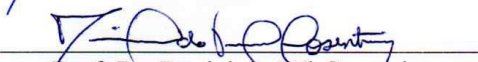
Curso de Ciências Econômicas - UFOP

**VISÕES INSTITUCIONALISTAS SOBRE A COORDENAÇÃO  
ECONÔMICA**

Trabalho apresentado ao Curso de Ciências Econômicas do Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, sob orientação do Prof. Dr. André Mourthé de Oliveira.

Banca Examinadora:

  
Prof. Dr. André Mourthé de Oliveira

  
Prof. Dr. Daniel do Val Cosentino

  
Profa. Dra. Renata Guimarães Vieira

Mariana, 19 de dezembro de 2018

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a minha mãe por todo o esforço que ela fez durante todos esses anos e por tudo que abdicou em sua vida para me dar as melhores oportunidades de estudos. Este trabalho, sem a menor dúvida, só foi possível ser concluído graças a ela.

Aos meus amigos de República que me acolheram e me inseriram em suas vidas para que eu pudesse ter uma adaptação ao ingressar na faculdade e na cidade de Mariana, além dos amigos do curso que me ajudaram com os estudos.

Ao meu orientador Prof. André Mourthé de Oliveira agradeço pela confiança e principalmente paciência nesse período.

Agradeço principalmente a Deus que a todo tempo esteve comigo.

LISTA DE TABELAS, FIGURAS e QUADROS. ....	VII
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	VIII
RESUMO .....	IX
ABSTRACT.....	IX
INTRODUÇÃO	1
1. VISÃO GERAL SOBRE AS INSTITUIÇÕES .....	3
2. A NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL .....	7
2.1 Custos de Transação.....	14
2.1.1 Pressupostos comportamentais: racionalidade limitada e oportunismo .....	18
2.1.2 Especificidade dos ativos .....	22
2.2 Estruturas de governança.....	25
3. PAPEL INSTITUCIONAL DO ESTADO .....	28
3.1 Ha-Joon Chang .....	32
3.1.1 O Estado como Coordenador, Provedor de visão de longo prazo e Construtor de Instituições.....	35
3.1.2 Gestor de conflitos .....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	40
Referências Bibliográficas .....	42

**LISTA DE FIGURAS e QUADRO.**

<b>Figura 1</b> - Níveis analíticos das instituições .....	13
<b>Figura 2</b> - Atuação dos custos de transação .....	25
<b>Quadro 1</b> - Atributos das estruturas de governança .....	28

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ECT – Economia dos Custos de Transação

EPI – Economia Política Institucional

NEI – Nova Economia Institucional

VEI – Velha Economia Institucional

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

TEG – Teoria do Equilíbrio Geral

TCT – Teoria dos Custos de Transação



## RESUMO

Este trabalho tem o propósito de apresentar a visão da Nova economia Institucional, utilizando principalmente utilizando os autores Ronald Coase e Oliver Williamson e a visão da Economia Política Institucionalista com o autor Ha-Joon Chang, sobre o tema das instituições e a importância destas para a coordenação econômica. Para tanto, o presente texto divide-se em quatro partes: na primeira parte será abordado o tema das instituições de uma perspectiva mais geral, em seguida, a contribuição de Coase e Williamson utilizando o conceito de custos de transação, especificidade dos ativos e estrutura de governança; a terceira parte tratará do papel institucional do Estado e da colaboração de Ha-Joon Chang para o entendimento do papel institucional do Estado no processo de coordenação e na última parte uma possível convergência e divergência sobre as teorias dos autores

**Palavras-Chaves:** Economia Institucional; Coordenação; Custos de transação

## ABSTRACT

This paper intends to present the views of the New Institutional Economy, using mainly the authors Ronald Coase and Oliver Williamson and the Institutional Political Economy vision with the author Ha-Joon Chang, on the subject of the institutions and their importance for the economic coordination. In order to do so, the present text is divided into four parts: in the first part the institutional theme will be approached from a more general perspective, then the contribution of Coase and Williamson using the concept of transaction costs, asset specificity and structure governance; the third part will deal with the institutional role of the State and the collaboration of Ha-Joon Chang for the understanding of the institutional role of the State in the coordination process and in the last part a possible convergence and divergence on the theories of the authors

**Keywords:** Institutional Economics; Coordination; Transaction costs

## INTRODUÇÃO

O problema da coordenação econômica é o de explicar o funcionamento das atividades dos agentes interdependentes, com interesses que divergem. A resposta da economia mainstream<sup>1</sup> a este problema é centrada no funcionamento de uma única instituição, o mercado e o mecanismo do mercado utilizado para a coordenação seriam os preços. A economia de mercado, se deixada sem intervenção, atingiria uma situação de equilíbrio geral, pois o mecanismo de preços coordenaria de maneira natural as decisões individuais para uma situação ótima. Todavia, tem crescido crítica a tais posições com um resgate gradativo a linhas de pensamento econômico alternativas, especialmente o pensamento institucionalista. Este pensamento tem como início a crítica a forma que a economia neoclássica compreendia e justificava fenômenos econômicos, alguns fenômenos econômicos que a economia institucional considerava pertinente eram considerados como dados ou com uma importância pequena

A Economia institucionalista obtém um reconhecimento no pensamento econômico do século XIX com suas raízes nas teorias de Thorstein Veblen. O pensamento institucionalista tem como base a proposição: Instituições importam.

Dentro da linha institucionalista e dentro dessas abordagens são enfatizados os motivos do crescimento e desenvolvimento. Nem sempre as abordagens convergem, mas possuem um núcleo de pensamento. “(...) há muitos níveis e tipos de análise. Contudo, os diferentes níveis devem ser vinculados. Um ponto crucial é que as concepções de hábito e de instituição ajudam a estabelecer o vínculo entre o específico e o geral.” (HODGSON, 1998, p.168) As diversas abordagens sempre procuram enfatizar os motivos do seu afastamento do neoclassicismo, devido ao seu individualismo metodológico, ainda que existem diversas abordagens que possuam um núcleo comum. Essas abordagens ainda que diversas não veem o mercado e o mecanismo de preços como suficientes para garantir a estabilidade da economia. Outros tipos de instituições são necessários para a coordenação econômica

---

<sup>1</sup> Mainstream é a linha de pensamento corrente e mais usada, também pode ser descrita como ortodoxia. No campo da economia, em especial no pós segunda guerra, trata se da visão neoclássica e reducionista da explicação econômica baseada na função de maximização de funções utilidade, equilíbrio geral e expectativas racionais.

Alguns institucionalistas consideram sua abordagem mutuamente exclusiva com o neoclassicismo, enquanto outros, incluindo esse autor, consideram institucionalismo e neoclassicismo como suplementares. Alguns institucionalistas consideram sua abordagem mutuamente exclusiva com o marxismo, enquanto outros, consideram institucionalismo e marxismo como tendo importantes áreas sobrepostas. Há considerável diversidade dentro da economia institucional. Tal heterogeneidade não é patológica, mas sinal de riqueza e fertilidade (SAMUELS, 1995, p. 570, apud, CONCEIÇÃO, 2007, p.9)

Dentro dessa construção de uma teoria com instituições surge a Nova Economia Institucional (NEI) que se preocupa fundamentalmente com aspectos microeconômicos, apesar de ter uma abordagem macro com North. Os autores mais importantes são: Coase, North e Williamson representando uma visão mais ortodoxa; já Ha-Joon Chang representará a visão heterodoxa com sua economia política institucionalista, o autor opõe-se ao que ele denominou como paradigma neoliberal, que surge da união entre neoclássicos e austríaco (Chang, 2002, p. 540). Sua abordagem institucional enfatiza fatores políticos e o impacto das instituições sobre os indivíduos

Neste trabalho, optou-se então por resgatar a contribuição da NEI, principalmente, Coase e Williamson e um pensamento mais heterodoxo com Ha-Joon Chang da Economia Política Institucionalista (EPI) sobre qual ou quais estruturas institucionais são capazes de coordenar econômica dado que nem sempre o mercado é a melhor instituição para coordenar os agentes. A maior parte do trabalho será de uma análise sobre as teorias, para que no fim seja discutido possíveis convergências e divergências.

Posto isso, o objetivo geral deste trabalho é mostrar contribuições de Coase, Williamson e Chang sobre a questão da coordenação dos agentes independentes, porém interdependentes. As visões, propostas aqui, são de institucionalistas que pertencem a correntes distintas, mas que possuem a busca por outras instituições, e não só o mercado, como estrutura possível que possa organizar o sistema econômico, fugindo assim do senso comum econômico que através apenas da instituição mercado seria possível conseguir eficiência e desenvolvimento. A procura de outras formas de coordenação ocorrerá por meio, primeiramente, da apresentação dos conceitos de custo de transação e depois das estruturas de governança por parte NEI, utilizando a abordagem da Economia dos Custos de Transação- o ambiente institucional, outra linha

da NEI, não será discutido visto que não há uma relação conclusiva<sup>2</sup> e na visão heterodoxa particularmente focada no papel do Estado na coordenação para, seguidamente, analisar as concordâncias, divergências e possibilidade de integração entre as visões.

Para viabilizar essa discussão, organizamos a monografia da seguinte forma: O primeiro capítulo faz um apanhado sobre a questão das instituições, de maneira geral, e introduzindo alguns conceitos que serão úteis adiante. O segundo capítulo faz uma apresentação da NEI e as contribuições de Coase e Williamson sobre a coordenação, o terceiro capítulo apresentará o papel institucional do Estado e a contribuição de Chang utilizando sua teoria do papel institucional do Estado e por fim, as considerações finais serão dedicadas a identificar as possíveis concordâncias e divergências teóricas entre os autores

## **1. VISÃO GERAL SOBRE AS INSTITUIÇÕES**

O enfoque institucional tem ganhado cada vez mais presença no pensamento econômico e diante deste enfoque, há diferentes interpretações sobre o que são instituições.

As definições dos mais importantes autores institucionalistas são: “As instituições são as regras do jogo em uma sociedade ou, mais formalmente são as restrições elaboradas pelos homens que dão forma a interação humana” (NORTH, 1990, p.3); North (2000, p. 37) define instituições como uma estrutura que é imposta pelos seres humanos para facilitar a interação; para Veblen (1919), as instituições são definidas como hábitos estabelecidos pelo pensamento comum, de forma generalizada, pelos homens. São os hábitos de pensamento, ao tornarem-se coletivos, generalizados e enraizados no ambiente, que formam as instituições políticas, econômicas e sociais, Williamson (1985, p. 15) compreende instituições como firmas, mercados e relações contratuais, para Schmid “Instituições são relações humanas que estruturam oportunidades por meio de restrições e capacitações” (Schmid, 2004, p.1) e “mecanismos que possibilitam o alcance de finalidades que requerem coordenação supra individual e, ainda mais importante, que são constitutivas dos interesses e visões de mundo dos atores econômicos” (Chang e Evans, 2005, p. 2). Com essas definições

---

<sup>2</sup> FIANI(2013)

percebe-se o impacto que uma instituição pode ter, sejam formais (constituições e leis) ou informais (regras criadas e regulamentadas pelo hábito e cultura). As definições sugerem um papel de coordenação uma vez que as pessoas possuem hábitos diferentes, interesses e experiências que podem diferir uns com os outros, cabendo a instituição tentar coordenar as relações e desta maneira influenciar o progresso econômico, além do que se percebe que há uma diversidade quanto ao que significa o conceito instituição

Feito as definições podemos analisar como ocorreu este pensamento sobre as instituições

O precursor do institucionalismo, Veblen, estava inserido ainda no sucesso das teorias evolucionárias de Darwin e isso influencia sua escrita. Suas ideias estavam enraizadas em uma estrutura darwiniana. Veblen criticava a posição neoclássica que assumia determinadas características. Dentre elas, a tecnologia como dada e o equilíbrio, para ele o equilíbrio não era estável, e assim, deveria analisar as transformações e mudanças na economia, então se deve olhar o processo de mudança, um olhar sobre a evolução da economia. As características da economia neoclássica limitam o caminho por onde ela pode caminhar, ela é incapaz de captar a origem ou o movimento histórico humano, percebendo apenas restrições impostas pela circunstância econômica. Desta maneira ela consegue responder à questão da coordenação, porém presa a pressupostos muito fortes (hipótese de livre mobilidade dos recursos econômicos, hipótese de perfeita informação, hipótese de grande número de vendedores e compradores e a hipótese de produtos homogêneos). Esses pressupostos impedem de fornecer respostas quanto as causas da mudança dos fenômenos econômicos. Partindo de uma metodologia reducionista e isto impede da verdadeira compreensão do Homem. Para Veblen devia-se fugir da visão Hedonista do comportamento humano que utilizava preferência como dada fugindo de uma explicação da origem dessa preferência. O Homem neoclássico move sem consciência e sem vontade própria. Como Veblen afirma:

*A lightning calculator of pleasures and pains, who oscillates like a homogenous globule of desire of happiness under the impulse of stimuli that shift him about the area, but leave him intact. . . He is an isolated, definitive human datum, in stable equilibrium except for the buffets of the impinging forces that displace him in one direction or another. . . When the force of the impact is spent, he comes to rest, a self-contained globule of desire as before.” (Veblen 1919,73)*

Desta maneira o Homem é apenas um corpo. Toda a sua história foi dada. Esta teoria foge da realidade. Veblen constrói sua teoria institucionalista compreendendo que os fenômenos econômicos não sejam dados e que ocorra sempre uma evolução. A questão social é um processo de sequência causal cumulativa e isso vai de encontro com sua definição de instituição “Settled habits of thought common to the generality of man.” (Veblen 1919, 239). Normas e cultura transformadas em instituições modificam os hábitos de pensamentos orientados pela forma que corrobora seu modo de pensar. Há um processo de causação cumulativa que se modifica enquanto avança

Contudo como foi exposto há uma variedade de conceitos de instituições. A partir da década de 70 a NEI se institucionaliza como uma corrente que nasce da introdução do conceito de custo de transação cunhado por Ronald Coase em 1937, período que as ideias comportamentais ganhavam mais força, mas que ganha um corpo mais robusto com as características que Williamson observa nas transações. Coase introduz um conceito que expõe um custo de se recorrer ao sistema de preços do mercado

A instituição da NEI está ligada a uma estrutura que possa diminuir o custo de transacionar. Rutherford distingue a Nova Economia Institucional da Velha Economia Institucional<sup>3</sup>( corrente que nasce com os escritos de Veblen) sobre o seguinte aspecto “shows up in the tendency of new Institutionalists to see the development and functioning of institutions largely in efficiency and economizing terms. . . as opposed to the old Institutionalist who tends to see many other social and political factors (status, group identity, ideology, and economic and political power) as also involved.” (Rutherford 1995, 444)

A NEI emprega termos da economia comportamental que começa avançar a partir da década de 20 e isso acontece em meio a queda das ideias darwinistas e a busca por uma ciência mais empírica. Williamson Torna a Ciência mais empírica ao utilizar variáveis observáveis, e a partir disso, tornar a escolha da estrutura de forma mais

---

<sup>3</sup> A Velha Economia Institucional (VEI) tem as suas raízes na tradição institucionalista americana predominante na viragem do século XVIII para o século XIX. As referências mais influentes foram Thorstein Veblen, John Commons e Wesley Mitchell (BURNS, 2000; HODGSON, 1998; SCAPENS, 2006; MOLL et al., 2006, apud Maria, A., & Simões, D. (2012), 2012, p. 4). Esta abordagem foi a dominante nos departamentos de economia das universidades americanas até pouco depois da 2ª Guerra Mundial e desenvolvida pela comunidade académica durante os anos 20 e 30 (HODGSON, 1998, apud Maria, A., & Simões, D. (2012), 2012, p. 4).

racional. Além disso, a NEI utilizará de conceitos comportamentais como racionalidade limitada e oportunismo

Na década de 70, época da criação da NEI, o Estado como coordenador das atividades econômicas ele perde força, o que acaba fortificando ainda mais o viés da NEI, um viés mais ortodoxo que considerava o mercado como a instituição ideal, porém diante dos pressupostos comportamentais e as características da transação os indivíduos utilizam outras estruturas para diminuir o custo de transacionar. Por um lado, havia uma crítica por parte dos teóricos do *rent seeking* sobre o Estado e aliado a essa crítica havia o crescimento de uma corrente que estava atuando de acordo com a ciência da época, características comportamentais e cada vez mais empíricas

Ao longo da década de 80 houve uma renovação do pensamento de Williamson ao estabelecer uma nova estrutura de governança, a estrutura híbrida, que será mais detalhada a partir da página 24. Em 1981 no livro *Structure and Change in Economic History*, North volta a falar de maneira mais clara sobre o papel do Estado, o Estado ganha uma importância como instituição, porém agora ele aparece de maneira mais limitada, uma instituição capaz de garantir o direito de propriedade, e a partir deste livro vai trabalhando neste sentido. O Estado deve garantir o direito de propriedade e o mercado continua como a instituição mais capaz de coordenar os agentes econômicos

A partir de 90 o Estado aparece como coordenador novamente. Ha-Joon Chang e outros autores começam a trazer novamente o Estado como uma instituição importante para a coordenação. Na teoria de Chang, aparece com muita importância para o processo de desenvolvimento. Chang fala sobre a participação do Estado na política industrial de certos países e que isso foi de suma importância para uma guinada rumo ao desenvolvimento.

Crítico da NEI, Chang critica a postura dos teóricos da NEI por sua posição de que as instituições servem para diminuir custo e restringir a ação humana, pensamento que se assemelha a posição da economia mainstream de causalidade linear. Como Chang e Evans (2005) afirmam sobre a NEI “they still maintain the myth that the unconstrained market is the natural order, while institutions are man-made substitutes that should be (and will be) deployed only when that natural order breaks down.” (CHANG e EVANS 2005, 102). As instituições para Chang importam, assim como para North, porém Chang afirma que transplantar uma instituição não é condição suficiente para que um Estado possa se desenvolver. A NEI considera o mercado como uma

instituição boa, porém a imposição dessa estrutura em países que não possuem a característica de transação que há nos países desenvolvidos torna a escolha do mercado como uma estrutura que não faria o país caminhar para o desenvolvimento e isto fora visto bastante na década de 90, época que houve abertura comercial dos países em desenvolvimento.

Para responder sobre a questão institucional ele elabora um corpo teórico institucionalista que chamará de Economia Política Institucional.

Entender os conceitos por trás do que são instituições permitem aumentar o arcabouço em relação a coordenação do sistema econômico, fugindo da prerrogativa clássica de que mercados competitivos deixados por si mesmos levariam a sociedade, com o tempo, a um estágio de desenvolvimento

Posto isto, podemos analisar as contribuições dos autores sobre a coordenação econômica

## **2. A NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL**

A NEI é a corrente de pensamento econômico institucionalista com maior reconhecimento. O enfoque dessa escola ocorre sobre tópicos da microeconomia, cujo destaque nasce em relação a compreensão do comportamento da firma, unidade básica do sistema capitalista, que tem sido uma das maiores preocupações dos pensadores econômicos desde o surgimento desta disciplina.

Para prosseguirmos sobre esta corrente, devemos dar uma breve analisada como a firma se comporta no pensamento neoclássico, e assim, compreendermos o motivo de Ronald Coase escrever sobre a firma.

A firma na teoria neoclássica é um ator passivo, local onde é gerado um bem ou serviço tomando como dados fatores organizacionais e o preço dos fatores. A firma na teoria convencional é um mero maximizador de lucro. A natureza da firma com relação a aspectos organizacionais é, portanto, irrelevante. O empresário, dono da firma é racional e possui informação completa. Portanto essas características ele escolhe produzir a um nível de produto que maximize seu lucro. O fato de o empresário ser racional e possuir informação completa são pressupostos que balizam a teoria



convencional, pressupostos que são da Teoria do Equilíbrio Geral (TEG) que analisam o equilíbrio entre oferta e demanda de todos os mercados que estão presentes na economia. O motivo de analisar o equilíbrio simultâneo é que um movimento em um mercado, em geral, afeta outro mercado. Partindo da situação de equilíbrio, segundo a TEG, o final seria uma situação de alocação eficiente. A TEG é caracterizada por possuir alguns pressupostos como a hipótese de livre mobilidade dos recursos econômicos, informação perfeita, grande número de compradores e vendedores e hipótese de produtos homogêneos. Essas hipóteses constituem o que é chamado de mercado competitivo. Além da hipótese de mercado competitivo há de ser considerada outra condição: Mercados completos<sup>4</sup>. Então os pressupostos da firma neoclássica são mercados competitivos e mercados completos.

Na abordagem neoclássica, a luz da teoria do equilíbrio geral (mercados competitivos e completos), os preços têm papel essencial como alocador de recursos, uma vez que os processos de contração de oferta no setor que é excessiva e os processos de expansão de oferta no setor com excesso de demanda, no equilíbrio, igualariam os preços aos custos em ambos os mercados. Esse resultado final é um resultado de alocação eficiente, custo de produção igual aquilo que as pessoas desejam

Para os seguidores dessa linha de pensamento bastaria o mercado, como única instituição, para levar o país ao desenvolvimento ao passo que o subdesenvolvimento seria gerado por intervenções que distorceriam os preços, já que os indivíduos são dotados de racionalidade e informação completa, e assim, os tomadores de decisão adotariam escolhas eficientes.

A premissa fundamental das análises desses economistas é a de que a análise econômica convencional dos mercados já oferece as respostas para os problemas do desenvolvimento basta reduzir a intervenção do Estado na economia para que os tomadores de decisão privados façam as escolhas mais eficientes, promovendo o crescimento e do desenvolvimento, que os recursos da sociedade permitem (FIANI, 2011, p. 20)

Coase interpreta a firma no pensamento mainstream sobre a obscuridade e passividade da teoria da firma que apenas considera como o local que maximiza a produção

---

<sup>4</sup> um mercado, que possui as características de mercado competitivo (hipótese de livre mobilidade dos recursos econômicos, hipótese de perfeita informação, hipótese de grande número de vendedores e compradores e a hipótese de produtos homogêneos) para qualquer produto que alguém desejasse.

The firm in the mainstream economic theory has often been described as a “black box”. And so it is. This is very extraordinary given that most resources in a modern economic system are employed within firms, with how these resources are used dependent on administrative decisions and not directly on the operation of a market. Consequently, the efficiency of the economic system depends to a very considerable extent on how these organizations conduct their affairs, particularly, of course, the modern corporation (COASE, 1992, p. 712)

Após vermos algumas características da firma na teoria neoclássica, agora abordaremos as contribuições elementares de Coase à Economia e principalmente para a Economia Institucional, já que é considerado o pai dessa vertente, que tem como marco de referência o artigo *The Nature of the Firm* (1937), artigo esse que faz algumas perguntas que a teoria neoclássica não conseguiu responder como: por que as firmas existem? Essa pergunta surge pelo motivo de que para os neoclássicos o sistema econômico era auto regulável pelo mecanismo de preços do mercado, a coordenação era feita apenas pela instituição mercado “Having regard to the fact that if production is regulated by price movements, production could be carried on without any organisation at all, well might we ask, why is there any organisation?” (COASE, 1937, p. 388). Visto que como fora falado cabia a firma apenas o papel de maximizadora de lucros e ao mercado era dado a responsabilidade pela alocação eficiente de recursos, que através de uma adaptação autônoma seria responsável por guiar a economia para uma situação de eficiência de Pareto.<sup>5</sup> Na adaptação autônoma os incentivos da competição de mercado gerariam um resultado mais eficiente.

Questionando o motivo da existência da firma perante a eficiência gerada unicamente pelo mercado, Coase considerou que a compra de um bem era administrado por um contrato e que nesse contrato deveriam estar explícitas as consequências da transação, ao contrário da teoria convencional que dispunha de um número grande de compradores e vendedores e os indivíduos dispunham de informação completa sobre o bem ou serviço transacionado; não havia portanto salvaguardas a serem feitas sobre a integridade do bem. O mercado garantiria a alocação eficiente e o Estado deveria cuidar apenas das externalidades.

Coase em seu artigo *The Nature of the Firm* (1937), chega a resposta que as relações entre os agentes econômicos excedem os custos de produção, pois todo e qualquer processo produtivo envolve transação, e essa transação possui um custo. Esse custo é chamado de custo de transação que significa o custo de se recorrer ao sistema de

---

<sup>5</sup> Situação em que é impossível melhorar a situação de um agente sem piorar a de outro

preços, ou seja, ao mercado; custo de formular contratos, obter as informações necessárias e agentes dispostos a transacionar, conduzir as negociações, investigação e a manutenção do contrato; resolver possíveis conflitos; monitorar e mensurar o serviço prestado, etc.

A introdução do conceito de custos de transação, ainda que, não explorado pela teoria convencional de recorrer ao mercado, era de grande importância para uma posição de planejamento da firma que apenas pensava a existência do custo de produção. As transações e seus custos totais, custos de transação e produção, afetam a forma de organização interna das empresas e na decomposição de outras partes “(...) estabelece-se a fusão entre a estrutura organizacional interna e a estrutura de mercado, o que permite explicar a conduta e o desempenho nos mercados industriais e as subdivisões derivadas” (CONCEIÇÃO, 2002, p. 113). Sinteticamente esse custo seria o custo de redigir, planejar e monitorar as interações entre os agentes, garantindo o cumprimento do contrato<sup>6</sup>. O custo de transação estaria ligado a forma de organização e coordenação da atividade econômica. Em uma situação em que a organização ocorre através do mercado, o sistema de preços seria o responsável por coordenar a alocação dos recursos, já em outra situação a firma poderia optar por internalizar a produção, e assim, quem seria responsável por essa alocação de recursos seria uma estrutura hierárquica. Exatamente por isso existem as firmas, existem por causa dos custos de transação. Algumas vezes as transações requerem um alto custo para acessar ao mercado, custo de transação muito alto.

Se o mecanismo de preços do mercado apresenta custos para ser utilizado, pode ser que, através de acordo ou contrato, dois (ou mais) agentes encontrem um meio de evitá-los ou reduzi-los - isso porque estabelecer contratos também tem custos, tanto *ex ante* quanto *ex post* -, tornando a mesma transação mais barata. (PESSALI, 1998, p. 20)

Assim, a decisão dos agentes econômicos quanto sua forma de organização e coordenação passa pela análise da eficiência da estrutura firma ou mercado. A firma vai existir se for menos custoso prover uma estrutura hierárquica frente aos custos de transacionar com o mercado. A firma existe porque o custo de transação é positivo, sendo, portanto, uma estrutura alternativa aos mecanismos de preço do mercado.

---

<sup>6</sup> “nada mais são do que o dispêndio de recursos econômicos para planejar, adaptar e monitorar as interações entre os agentes, garantindo que o cumprimento dos termos contratuais se faça de maneira satisfatória para as partes envolvidas e compatível com a sua funcionalidade econômica” (POSSAS, M., FAGUNDES, J. e PONDÉ, J 1997, p. 124)

Em suma, os esforços de teorização desempenhados por Coase abririam caminho para estudos sistemáticos sobre as formas de organização das firmas e mercados a partir da perspectiva dos custos, vinculada à problemática da coordenação das atividades econômicas e ao papel das instituições (PONDÉ, 1993).

Coase ao analisar o motivo da existência tanto das firmas quanto do mercado por meio do conceito dos custos de transação coloca em pauta a importância das instituições na análise econômica que analisava o mercado como a instituição capaz de sozinho levar a uma situação ótima. Com Coase a firma assume um papel mais importante que maximizar lucros, agora há outra instituição que pode gerar eficiência em uma transação.

Williamson operacionaliza o pensamento introduzido por Coase. Coase concebe o conceito de custos de transação, mas não explica suficientemente os aspectos internos da organização da firma. Já Williamson elabora pressupostos (racionalidade limitada e oportunismo)<sup>7</sup> e características das transações (especificidade dos ativos e frequência) que caso se verifiquem tornam o custo de transação significativos, e assim, a questão de quando utilizar cada estrutura (mercado ou firma)<sup>8</sup> fica mais clara, pois estes atributos são observáveis. Com essa operacionalização Williamson cria uma abordagem da NEI, a ECT. Ao contrário de Coase, Williamson argumenta que a falha de mercado não é causada pela incerteza em si, mas sim da interação de incerteza e fatores humanos. Williamson (1985) adota a transação como a unidade de análise, para ele a transação é a transferência de um ativo entre diversas ocupações econômicas e um conceito mais amplo, que considera como transação não só a troca de ativos mas também uma mudança entre diferentes fases de uma mesma empresa, além do que existem implicações no custo de transação *ex ante* e *ex post*, pressupostos comportamentais e questões como *especificidade* dos ativos e a frequência com que é feita a transação.

A NEI surge como uma alternativa a pensar o sistema econômico que vivia sob o véu da economia neoclássica. Ainda que não fuja inteiramente dos pressupostos da teoria convencional, procura abranger conceitos não abordados por esta teoria, tenta ampliar os pressupostos neoclássicos, principalmente com a adesão das instituições reconhecendo a diversidade de instituições que afetam a sociedade. Assim, a NEI é um esforço interdisciplinar que combina conhecimentos de áreas que estudam o

---

<sup>7</sup> Esses pressupostos serão melhores analisados a partir da página 17.

<sup>8</sup> Neste período, até 1985, Williamson não considerava uma estrutura de governança híbrida

comportamento. Posto isto, as instituições<sup>9</sup> na NEI servem para restringir o comportamento individual e ao restringir reduz as incertezas das transações e estimula os investimentos produtivos. As instituições atuam como estrutura de incentivos da sociedade

Como esta aproximação modifica ou expande a teoria neoclássica? Além de modificar o postulado da racionalidade, ela introduz instituições como elemento crítico de restrição e analisa o papel dos custos de transação como a conexão entre instituições e custos de produção. Ela expande a teoria econômica ao incorporar ideias e ideologias na análise, modelando o processo político como um fator crítico no desempenho das economias, como a origem do desempenho diverso das economias, e como a explicação para mercados ineficientes, (NORTH, 1997, pág. 19).

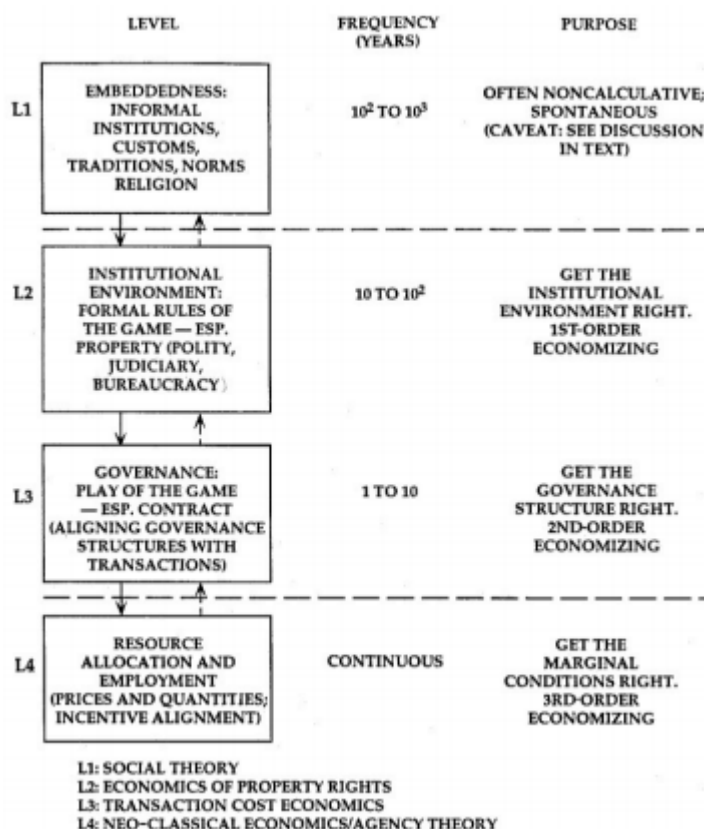
Ao restringir o comportamento, as instituições estão alterando o sistema econômico. A estrutura de governança e o ambiente institucional alteram os parâmetros dos custos, então alteram a maneira mais eficiente de se coordenar.

Williamson emprega o termo estrutura de governança. A estrutura de governança é a forma particular como se coordena as atividades em que os agentes econômicos podem cooperar e competir em uma sociedade. As instituições de governança são sustentadas pelo ambiente institucional. Ambiente que delimita as ações dos agentes - determina os parâmetros dos custos das estruturas de governança, gerando diferenças em termos de custos de mercado, custos híbridos ou custo das hierarquias e através disso ocorre mudanças que moldam o comportamento dos membros da organização e desta maneira a coordenação entre os agentes. O papel das instituições se estabelece em dois níveis analíticos distintos: ambiente institucional como um papel de macro instituições – aquelas que estabelecem as bases para as interações entre os seres humano e estruturas de governança – micro instituições – aquelas que regulam uma transação específica

As instituições, ao definirem as regras para a coordenação entre os indivíduos determinam, em última instância, o desempenho e desenvolvimento econômico advindo da soma destas coordenações. Williamson (1998, p. 26) mostra os níveis institucionais:

---

<sup>9</sup> Institution The rules of the game: the humanly devised constraints that structure human interaction. They are made up of formal constraints (such as rules, laws, constitutions), informal constraints (such as norms of behavior, conventions, self-imposed codes of conduct), and their enforcement characteristics. Disponível em: <<https://www.coase.org/nieglossary.htm>>



**Figura 1** Níveis analíticos das instituições

Fonte: Williamson (1998, p.26)

Em L1 trata do enraizamento social. Este nível é composto por instituições informais, costumes, tradições, normas e religião são considerado como dado, tem origem espontânea Williamson (2000). Suas alterações levariam entre cem e mil anos para acontecer. No segundo nível (L2) Williamson (1998) destina o conjunto de regras formais que normatizam o andamento da sociedade. Uma burocracia do Estado. As regras deste nível possuem um tempo grande para sofrer alterações, porém, não tanto quanto as do nível um. As legislações sobre os direitos de propriedade são parte importante destas instituições visto que são elas que definirão as regras formais. North (1998) indica que, em último caso, é o Estado quem elabora as regras formais que estabelecem os direitos de propriedade e zela pelo seu cumprimento. Para North o ambiente é imperfeito e influenciado por ideologias e pressões de grupos de interesse. Os níveis 1 e 2 são as regras do jogo, sejam elas regras formais ou informais. Porém a questão do ambiente institucional ainda possui uma divergência muito grande quanto a sua conclusão. O terceiro nível (L3) é o da estrutura de governança Williamson (1986, p.105). É neste estágio que as firmas procedem seu planejamento para se ajustar perante

às restrições colocadas pelos níveis superiores (WILLIAMSON, 1998). Williamson (1996) relaciona o conceito de instituições com o de governança para microanálises. O nível dois, de ambiente institucional, funciona como dado, e os indivíduos alinham as transações com as estruturas de governança para obter a alocação mais eficiente. Desta maneira, as instituições são mecanismos de governança e seu estudo está diretamente relacionado à decisão ótima em relação aos menores custos de transação. Os custos de transação ganham relevância neste nível. Neste nível, analisando as características de transação (*especificidade*, incerteza e frequência)<sup>10</sup> deve-se procurar a estrutura que mais se adequa a sua realidade, estruturas, que serão adotadas de acordo com as características das transações que pretendem realizar. Sua alteração é mais rápida 1 a 10 anos. Por fim, o quarto nível chega alocação de recursos e empregos. Os estudos enfatizam a alocação de recursos pelas variáveis de preço, produção (neoclássicos) e aversão ao risco (teoria da agencia) (WILLIAMSON, 1998).

A partir desses níveis analíticos pode-se ver focos da NEI, um foco macro são os níveis 1 e 2, o ambiente institucional, já o terceiro nível ele tem um foco micro ao estudar as organizações.

## 2.1 Custos de Transação

A teoria dos custos de transação propõe uma interpretação sobre o funcionamento das firmas e mercados que se baseia na transação como objetivo central. Williamson (1985) adota a transação como a unidade de análise e seu conceito seria a mudança de um ativo entre diversas atividades econômicas, envolvendo as relações através de contratos.

Segundo a teoria neoclássica, o livre funcionamento dos preços coordenaria espontaneamente as decisões individuais para uma situação Pareto eficiente. Mas para a Nova Economia Institucional, os problemas de coordenação que estão na raiz da funcionalidade econômica, podem ter um custo menor utilizando outras instituições. Tanto no mercado quanto nas relações intra-firma existem alguns pressupostos comportamentais que negam as proposições do mercado competitivo, e desta maneira geram uma dificuldade de conciliar as condutas ocasionando os custos de transação que afetam o funcionamento do sistema econômico. O obscurantismo de um futuro

---

<sup>10</sup> São características que determinarão os custos de transação. Essas características serão analisadas após a explanação do tópico custos de transação (tópico seguinte)

recheado de incerteza gera um custo muito alto. Para Coase a medida que se passe o tempo de contrato, um próximo contrato é “menos possível e, de fato, menos desejável (...) para o comprador especificar o que a outra parte contratada deverá fazer” (COASE, 1937, p. 391).

The costs of transacting arise because information is costly and asymmetrically held by the parties to exchange and also because any way that the actors develop institutions to structure human interaction results in some degree of imperfection of the markets(NORTH, 1990, P.108)

Coase também faz outra pergunta: Se qualquer um pode eliminar custos ao internalizar sua produção, reduzindo os custos de produção, por que existem mercados? Por que toda a produção não é realizada dentro de uma única grande empresa? (COASE, 1937, p. 394). A resposta é que existem custos, não apenas dispêndio de recursos econômicos para planejar, adaptar e monitorar as interações entre os agentes, mas também os custos de produção além dos ganhos de eficiência de escala.

Dado um problema clássico na economia, o de interdependência, ao introduzir o conceito de custos de transação, Coase consegue dar um passo maior para conseguir coordenar as atividades do sistema econômico. Nem tudo produzido na firma e nem tudo produzido no mercado.

A resposta para o problema da interdependência, de maneira geral é não apenas utilizar de um arranjo para solucionar o problema. Coase em *The Nature of the Firm* (1937), reconhece nas economias desenvolvidas a existência de pelo menos duas estruturas organizacionais: O mercado e a firma. Essas formas são chamadas de estruturas de governança. Deve-se analisar qual estrutura de governança é a melhor para cada interdependência, fugindo de soluções gerais, reconhecendo a necessidade do tipo de cooperação e redução de conflito que cada situação pede, isto é, qual arranjo institucional é mais adequado ao tipo de transação.

Com a incorporação de uma outra instituição a partir da exposição do conceito de custos de transação, a NEI coloca uma economia mais real contrastando com a economia neoclássica que utilizava de observações que cabiam apenas no modelo equivalente a fricção na física, porém os Físicos obtiveram um maior sucesso.

whereas physicists were quickly reminded by their laboratory instruments and the world around them that friction was pervasive and often needed to be taken expressly into account, economists did not have a corresponding appreciation for the costs of running the economic system (WILLIAMSON, 1985, p. 19).



Para Eggertsson (1990) a introdução dos custos de transação, os atritos para os físicos, foi demorada porque até recentemente o pensamento econômico assumia a informação como completa ao tomador de decisão. Por sua vez, a ECT considera que os custos de transação estão associados com o custo de adquirir informação. North (1998, 1990) associa os custos de transação à incerteza.

Para North as instituições reduzem a incerteza “Instituições definem e limitam o conjunto de escolhas dos indivíduos” (NORTH, 1990, p. 4). Ao limitar as escolhas a incerteza diminui, pois, o processo de decisão fica menos complexo, portanto, os custos de transação também diminuem.

Apesar de Coase não esclarecer os determinantes do custo de transação em uma análise micro, com sua publicação outros autores puderam melhorar esse pensamento. Williamson define as características do custo de transação além dos pressupostos comportamentais.

Na ECT a partir de Williamson como e por que os custos de transação variam levando em conta as seguintes características:

- A transação é a unidade básica de análise;
- As transações diferem devido à frequência, à incerteza e, especialmente, à *especificidade* dos ativos;
- Cada forma genérica de governança (mercado, híbrida, agência privada, ou agência pública) é definida por uma síndrome de atributos, onde cada um revela discretas diferenças estruturais, tanto de custo quanto de concorrência;
- Cada forma genérica de governança é sustentada por uma maneira distinta de contrato legal;
- As transações, que diferem em seus atributos, estão alinhadas conforme as estruturas de governança, que também diferem em custos e competências;
- O meio ambiente institucional (instituições políticas e legais, leis, costumes, normas) é o locus da mudança de parâmetros, que provocam alterações nos custos de governança; e
- A Economia dos Custos de Transação, sempre e em qualquer lugar, é um exercício de “análise comparativa institucional” — onde as comparações relevantes são entre alternativas factíveis, razão pela qual ideias hipotéticas são

operacionalmente irrelevantes (WILLIAMSON, 1995, p. 27, apud CONCEIÇÃO, 2002, p. 118)

Zysman (1994, p. 274, apud CONCEIÇÃO, 2008, p.114), em uma crítica à NEI, afirma que Williamson constrói uma microeconomia organizacional (da análise do custo de transação), colocando os agentes, no caso, indivíduos, buscando arranjar suas transações na maneira mais eficiente. Nessa noção, está implícito que a única razão pela qual as nações industrializadas avançadas têm sistemas econômicos de mercado, com firmas de mais de uma pessoa, é reduzir os altos custos de transação, que são criados por três forças: *especificidade* dos ativos, racionalidade limitada e oportunismo.

Até aqui, vimos como Coase a partir do estudo elaborado inicialmente em 1937 concebe um conceito para responder sobre por qual motivo existem as duas estruturas de produção, firma e mercado. Essas estruturas surgem por causa do custo de transação. A firma surge como uma resposta para minimizar os custos que uma produção teria no mercado. Com Williamson houve uma operacionalização do custo de transação ao utilizar dos pressupostos comportamentais como racionalidade limitada, complexidade do ambiente e incerteza, resultando em um cenário de assimetria de informação. Indivíduos com mais informação exercem um comportamento para auferir maiores lucros além das características de uma transação como *especificidade* dos ativos e frequência. Este comportamento será analisado mais explicitamente na página 20.

Para impedir esse tipo de comportamento são feitos contratos, porém como é um ambiente complexo e incerto, o contrato é gravemente incompleto. Isto implica que a lista de eventos possíveis não é conhecida *ex-ante*, já que o futuro ainda não foi criado (DEQUECH, 2007, p. 3- 4).

Oliver Williamson ao estruturar melhor o conceito de custo de transação cria uma abordagem micro analítica da NEI, a ECT. Esta abordagem é dotada de caráter multidisciplinar, e possivelmente esse caráter multidisciplinar vem da contribuição de Herbert Simon que ao buscar a definição de racionalidade fez uso de outras ciências que tinham como objeto o comportamento econômico. Williamson chega a uma teoria que a estrutura de governança serve para diminuir o custo de transação. Outro autor que teve um papel na ECT de Williamson foi Frank Knight, A partir dos tratados de *moral*

*hazard* deste autor Williamson fecha os pressupostos comportamentais que ajudam a determinar o custo de transação. Estes dois pressupostos comportamentais, em um ambiente incerto e complexo, acarretam em custos de transação. A dimensão destes custos dependerá da *especificidade* dos ativos e da frequência das transações.

No entanto a condição necessária é a especificidade dos ativos. Em uma sociedade que possuem poucos ofertantes de um determinado serviço o custo de transação será mais alto por causa do oportunismo. A partir da *especificidade* dos ativos é que se decide como produzir algo, se utilizara a firma(hierarquia), estrutura híbrida ou mercado, segundo a visão de Williamson.

Para Azevedo (1997).A firma é um complexo de contratos Neste sentido, as relações dentro da firma são também transações e, por sua vez, apresentam custos de funcionamento, custos para a manutenção da coordenação, monitoramento das atividades Por conseguinte, a estrutura de governança escolhida – seja o mercado, a hierarquia ou uma forma híbrida – será o que proporciona a maior redução nos custos de transação (WILLIAMSON, 1985).

### **2.1.1 Pressupostos comportamentais: racionalidade limitada e oportunismo**

A análise desses pressupostos permite discernir se uma transação gera custos de transação elevados ou não, quer dizer, se esses custos serão significativos na transação. Esses conceitos são pilares a TCT, visto que ambas são elementos chaves na análise da ECT, pois constituem condições necessárias para o surgimento dos custos de transação e se estendem em outras suposições importantes como complexidade do ambiente, incerteza, e assim, assimetria de informação. Assumindo racionalidade limitada, os contratos serão intrinsecamente incompletos, pois é impossível diante de um mercado complexo e um ambiente cheio de incerteza prever todas as cláusulas que deve haver em um contrato e assumindo o pressuposto do oportunismo, sugere uma inevitável renegociação das partes envolvidas na transação. O comportamento oportunista e racionalidade limitada dimensionará o custo de transação.

#### **Racionalidade Limitada**

Embora sejamos racionais, somos parcialmente, pois nos defrontamos com limitações, já que nem todas as informações são acessíveis, o que impossibilita

reiteradamente de tomar a melhor decisão possível como habitualmente a teoria neoclássica considera. Para Williamson “(...)comportamento que é intencionalmente racional, mas apenas limitadamente assim; é uma condição da competência cognitiva limitada em receber, armazenar, recuperar e processar informações” (WILLIAMSON, 1996, p. 377).

A teoria econômica convencional considera que os agentes possuem racionalidade substantiva, isto é, todas as circunstâncias futuras podem ser antecipadas. Dentro da fundamentação dessa racionalidade está um sistema econômico ergódico<sup>11</sup> e uma correspondência entre o modelo e o mundo real. Herbert Simon propõe uma alternativa que será usada na NEI e teve forte influência do institucionalista Commons. Simon declara sobre as ideias de Commons “me proporcionaram muitos aprofundamentos e esclarecimentos, em meus estudos iniciais sobre o processo decisório nas organizações (veja meu comportamento administrativo)” (SIMON, 1980 36-37) - o argumento da racionalidade limitada. A racionalidade limitada:

(...)procura mostrar como controles motivacionais e emocionais sobre a cognição podem ser incorporados no sistema de processamento de informação. (...) com considerável suporte empírico. A teoria proposta contém elementos de articulação principalmente por mostrar mecanismos relativamente familiares de motivação e emoção podem ser integrados em uma simples e natural forma com os mecanismos que foram postulados na teoria cognitiva de processamento de informação (SIMON, 1967, p.30)

Na teoria de Simon (1959) o indivíduo é limitado em pesquisar e compreender as informações para tomar as decisões, e a partir dessa proposição Simon julgava que o indivíduo não seria capaz de maximizar seus objetivos. Isto posto, “as organizações (firmas) são formas úteis de ‘unir’ capacidades limitadas para levar a bom fim os propósitos humanos” (PESSALI, 1998, p.25).

A racionalidade limitada busca incorporar diversos campos de estudo quanto ao comportamento dos indivíduos, ao fazer isso ela tornou a teoria econômica mais complexa por se afastar de respostas senso comum, uma teoria que cabia for a do modelo. Já a teoria convencional sintetiza- se no homo economicus (BLAUG 1999).

---

<sup>11</sup> A ergodicidade corresponde à homogeneidade temporal das diferentes classes de eventos e das condições nas quais eles ocorrem, implicando, no que diz respeito às probabilidades estatísticas, que a frequência do evento no futuro seja a mesma do passado. Em condições de não ergodicidade e incerteza com relação ao futuro, a homogeneidade dos eventos não será mantida; logo, a frequência do evento no futuro não coincidirá com sua frequência no passado. Dessa forma, a divergência entre valores ex ante e ex post denota a existência de mudanças no sistema (Herscovici, 2004, p. 820, apud, MELO, T. M; FUCIDJI, J. R, p.633)

As limitações apresentadas possuem fundamento tanto neurofisiológicos (que restringem a capacidade humana de acumular e processar imagens) como de linguagem (que restringem nossa capacidade de transmitir informações) (WILLIAMSON, 1975.P.21,22, apud FIANI, 2011, p.87).

Williamson destaca esses limites:

A Informação é incompleta se todos os preços relevantes não são continuamente conhecidos para todas as transações em potencial. Os custos de oportunidade de se gastar deliberadamente os recursos necessários para se tornar informado, isto constitui um dos custos de usar o sistema de preços. Além do mais, há custos de negociar contratos com preços já conhecidos. Embora custos de ambos tipos, costumeiramente, tendem a zero em um mundo estático e perfeito, esta não é uma condição interessante. Ela não corresponde ao universo que nós procuramos atingir.

Com informação perfeita e custos de transação iguais a zero, a barganha pode conduzir o sistema a uma alocação de recursos eficiente. Na ausência dessas condições, entretanto, a adaptação incompleta as externalidades podem ser esperadas de se obter. Dados os sinais incorretos que o sistema de preços indica nessas circunstâncias, um incentivo existe em combinar as partes interagidas e substituir uma solução administrativa em uma solução de mercado incorreta (WILLIAMSON, 1970, p.16)

Em um ambiente simples e sem incerteza, mesmo o agente tendo racionalidade limitada, o indivíduo poderia maximizar seu objetivo, pois haveria a possibilidade de levantar os dados para a transação e outras informações como a probabilidade dos eventos. Posto isto, a racionalidade limitada só se torna um determinante relevante para os custos de transação em um ambiente marcados por complexidade e incerteza.

Perante um ambiente complexo torna-se muito difícil prever todas as eventualidades que uma transação futura pode trazer, pois as possibilidades de decisão vão se tornando muito grandes. Aliado a esse ambiente complexo existe incerteza que dificulta associar a probabilidade dos eventos, em alguns casos torna-se impossível mostrar a probabilidade de um determinado evento.

Na presença das duas características, ambiente complexo e incerteza, somado a racionalidade limitada o contrato que os agentes firmam se torna custoso e a expectativa de fazer um contrato completo é nula, e desta maneira, direitos, visto que, não se pode atribuir algum peso sobre algo que pode mudar a qualquer momento ou sobre algo que nem surgiu.

Assim, de acordo com Fiani (2002), a racionalidade limitada, o ambiente complexo e a incerteza implicam assimetria de informação, isto é, quando um agente possui informações que os outros que participam da transação não possuem surge à

possibilidade de ocorrer uma atividade oportunista para obtenção de vantagem na transação.

### **Oportunismo**

O comportamento oportunista surge a partir da combinação entre racionalidade limitada dos agentes e um ambiente complexo e com incerteza. Williamson aborda o oportunismo como sendo a busca mais intensa dos interesses próprios dos indivíduos.

Em seu livro de referência, Williamson introduz o oportunismo para distinguir o interesse próprio. Em *The Economic Institutions of Capitalism* (1985), Williamson distingue o oportunismo de “simples interesse próprio” em termos de suposições informacionais. O interesse próprio se aplica a condições de informação simétrica, aplicação perfeita de acordos e baixos custos de transação - em suma, o mundo da teoria dos preços neoclássicos. "As posições iniciais serão divulgadas de forma completa e franca sob investigação, as declarações do estado do mundo serão precisas e a execução é vinculada a juramento ou a regras" (WILLIAMSON, 1985, p. 49). Não há espaço para risco moral ou seleção adversa. Oportunismo, então, é simplesmente o interesse próprio estendido por um conjunto maior de margens; refere-se à “revelação incompleta ou distorcida da informação, especialmente aos esforços calculados para enganar, distorcer, disfarçar, ofuscar ou confundir”. O interesse próprio é a tentativa de maximizar o benefício sem mentir, trapacear e roubar, enquanto o oportunismo é um comportamento auto interessado e que está disposto a torcer, mentir ou ocultar informações desorientando o outro indivíduo.

Williamson reconhece dois tipos de oportunismo: oportunismo *ex-ante*, ou seja, antes da transação ocorrer, e oportunismo *ex-post*, depois de realizada a transação. Estes comportamentos levam, respectivamente, à seleção adversa e ao risco moral (*moral hazard*).

O oportunismo *ex-ante* também conhecido como seleção adversa, ocorre antes da transação ocorrer desencadeando custos transação. Pode ser uma informação seletiva ou distorcida, isto é, omissão de fatos ou até mesmo uma informação falsa.

O oportunismo *ex-post*, também conhecido como risco moral ou *moral hazard*, refere-se aquelas situações onde um participante do mercado não pode observar as ações do outro, de modo que esse último pode tentar maximizar sua utilidade valendo-se de

falhas ou omissões contratuais Kotowitz (1987). O Risco moral gera custos de transação associados com o acompanhamento da efetividade do contrato.

Diante dos custos de transação *ex ante* e *ex post* Williamson argumenta que é impossível, dada a racionalidade limitada em ambientes complexos e com grande incerteza, apurar todos os imprevistos, de forma que isso acarreta em problemas na aplicação e renovação de contratos, de jeito que os contratos são intrinsecamente incompletos

—Os atributos comportamentais dos agentes humanos, onde se unem as condições da racionalidade limitada e o oportunismo, e os atributos complexos das transações (com referência especial à condição de especificidade dos ativos), são responsáveis [pela incompletude contratual e a consequente importância que assumem as instituições do ordenamento privado e o estudo dos contratos]!, (WILLIAMSON, 1989, pp. 39-40)

Posto isto sobre as hipóteses comportamentais em um ambiente em que o indivíduo possui racionalidade limitada, um ambiente complexo e incerto, os agentes possuem incentivos para agirem de maneira oportunista, e desta maneira, os custos de transação nessa sociedade serão altos. Depreende-se que caso esse comportamento seja recorrente os custos de transação tendem a crescer podendo chegar a um nível em que as transações diminuam. Para que isso não aconteça torna-se necessário a ajuda de instituições.

Em Williamson (1985, p.32) estão os motivos da existência dos arranjos institucionais: Organização para diminuir os custos de transação nesse ambiente de racionalidade limitada, complexidade, incerteza, protegendo os agentes do oportunismo, presente em ambientes com essas características.

### **2.1.2 Especificidade dos ativos**

Ainda que os fatores como racionalidade limitada, complexidade do ambiente e incerteza possa resultar em um comportamento oportunista e que esse comportamento pode ser adotado antes e após a transação ser efetivada. Ademais, por se encontrar em um contexto de complexidade e racionalidade limitada serão sempre incompletos e, assim sendo, os custos de transação serão mais altos. Esses fatores ainda que bastante relevantes não bastam para tornar os custos de transação significativos.

A condição necessária para uma situação de custos de transação significativos deriva do grau de *especificidade* do ativo. Se a transação ocorre em um mercado que

tenha um grande número de vendedores e compradores, seria possível encontrar o ativo em questão, inibindo uma atitude oportunista, simplesmente trocando de fabricante. Ocorrências de transações envolvendo grandes números dificultam as atitudes oportunistas, pois com os grandes números é possível achar outra contraparte para transacionar. O comportamento oportunista tende a ocorrer quando os ativos forem cada vez mais específicos, onde existem poucos ofertantes e poucos demandantes do ativo (*small numbers*). Desta forma, o grau de *especificidade* dos ativos é a circunstância necessária para o oportunismo.

Segundo Williamson (1991), a *especificidade* é uma medida do grau que um ativo transacionado pode ser utilizado para outros fins além do que o propósito inicial sem que isso incorra em perdas, sejam essas perdas de natureza de capacidade ou de valor produtivo. Se um ativo sofre desvalorização para ser usado em outra função que a função primeira que justificou o seu investimento, é um ativo específico. Em função da *especificidade* do ativo, uma vez que a transação em torno desse ativo tenha ocorrido comprador e vendedor passam a se relacionar de uma forma exclusiva ou quase exclusiva podendo levar a um problema do refém que será explicado melhor a seguir. Fiani explica isso:

Se um fornecedor é o único capaz de produzir um insumo com as particularidades desejadas por uma empresa, ambos desenvolvem uma relação de exclusividade. O produtor está ligado à empresa, pois é a única que compra seu produto (uma vez que suas particularidades não se aplicam a outras empresas). Em contrapartida, a empresa está ligada ao produtor, já que é o único capaz de produzir seu insumo com todas suas características peculiares. Esta relação, tratada na literatura como —problema do refém (hold-up), torna as partes vulneráveis umas às outras. Caso uma das partes decida obter mais vantagens, pode utilizar-se desta vulnerabilidade a seu favor, ameaçando encerrar a relação<sup>12</sup> (FIANI, 2002, p. 271-272)

O comportamento oportunista, e a partir dele o custo de transação só poderia ocorrer em casos de *small numbers*, pois caso o mercado tivesse mais produtores do insumo, nem uma das contrapartes seria refém da outra. A parte que sofre ameaças na transação pode recorrer a outro produtor a fim de obter o seu produto, porém em um caso como foi apresentado por (FIANI, 2002, p.271-272) caso a transação envolva ativos específicos a substituição da contraparte será muito custosa. Nesse caso de um ativo específico, o risco e o custo ficam substancialmente maiores.

---

<sup>12</sup> FIANI, 2002, p. 271-272



A *especificidade* pode se manifestar de diferentes formas. Williamson(1989, p.143, apud PESSALI, 1998, P.49) : i) *especificidade* geográfica, em que a proximidade entre estágios sucessivos da transação é importante (economias em estoque, transporte, conservação, ou outras); ii) *especificidade* física do ativo, como em moldes, máquinas de único uso, etc.; iii) *especificidade* do capital humano, obtida sobretudo através de "learning by doing"; iv) ativos dedicados, feitos sob encomenda ou para atender exclusivamente a um cliente; e v) ativos de qualidade superior ou relacionados a padrões ou marcas.

A questão da especificidade dos ativos é muito forte em economias que estão se desenvolvendo, pois se verifica que em países que estão passando ou passaram por um processo de desenvolvimento existem problemas de *small numbers* em atividades de essenciais para o desenvolvimento, atividades com retornos crescentes de escala, inovações tecnológicas e múltiplas sinergias. A preocupação nessa questão é importante, pois com esse custo de transação alto há uma dificuldade transacionar ativos específicos e esses ativos são muito importantes para o funcionamento do sistema econômico e o desenvolvimento e o país sejam capazes de chegar a produtividade que países já desenvolvidos possuem. Atividades com produtividade alta são atividades que possuem retorno crescente de escala e economia de escopo, progresso tecnológico rápido, necessita e gera aprendizado learning by doing, produz ligações e sinergias, imperfeita informação, etc. Essas atividades são típicas de uma estrutura de concorrência imperfeita, já as atividades que são praticadas em países pobres ou de renda média são atividades com baixo conteúdo de pesquisa e desenvolvimento, pouco progresso tecnológico, perfeita informação, indústria fragmentada, etc. (REINERT E KATTEL, 2010, p. 7).

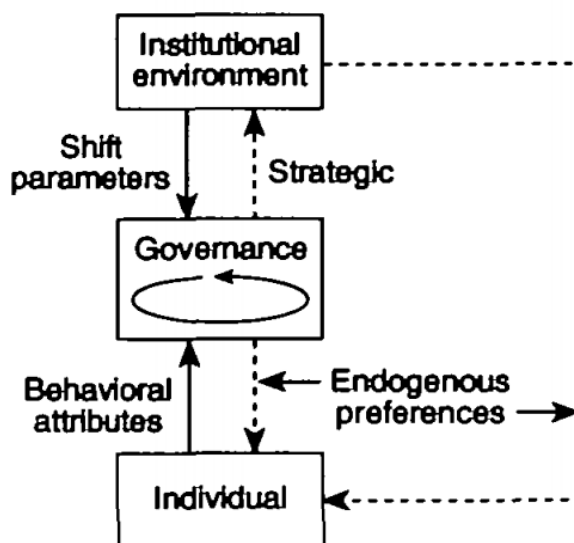
O problema dos pequenos números é recorrente em países que passam por um processo de desenvolvimento, e aumenta os conflitos já presentes por causa de um comportamento com racionalidade limitada e oportunismo. Mostrado essas características, a teoria convencional que levaria os países a um processo de desenvolvimento unicamente com o mercado e seu mecanismo de coordenação, preço, agindo por si só fica frágil.

Por essa razão, as estruturas de governança que são as estruturas elaboradas para diminuir o custo de transação são de suma importância, essa estrutura deve fornecer salvaguardas para as partes que estão transacionando, a fim de melhorar a possibilidade

de auferir os ganhos. Outra razão é o oportunismo que mesmo após fechar uma transação ele ainda pode estar presente na relação. Não há a possibilidade de se fazer um contrato completo

## 2.2 Estruturas de governança

A teoria dos custos de transação nasce com Coase em seu artigo *The nature of the firm* (1937) o motivo da existência das firmas, uma vez que o mercado dava eficiência ao sistema econômico e também pergunta por que se recorre ao mercado. Coase chegou à conclusão que a existência da firma se deve ao fato de existir um custo ao recorrer ao mercado e existe mercado por causa dos ganhos de escala, porém não explicita os determinantes do custo de transação. Williamson (1975) ao formalizar a TCT atribui características ao custo de transação e com isso as etapas que seriam melhores buscar o mercado ou internalizar a produção; qual estrutura de governança seria a mais adequada para cada empresa.



**Figura 2** Atuação dos custos de transação

Fonte: Williamson (1995, p.28)

A estrutura de governança fica entre o ambiente institucional e o indivíduo. Mudanças no ambiente institucional alteram os parâmetros dos custos da estrutura de governança, pois o ambiente define as regras gerais que regulam as relações na sociedade, assim, o ambiente institucional afeta as estruturas de governança. Contudo há uma relação de retroalimentação, o ambiente institucional altera a estrutura de

governança e a estrutura consegue alterar o ambiente institucional. A retroalimentação segundo (FIANI, 2011, p.96) é a retroalimentação instrumental: mudança localizada nas regras do jogo (ambiente institucional) para melhorar o desempenho de um determinado tipo de estrutura de governança e a retroalimentação estratégica: podem afetar diferentes tipos de estrutura de governança. A linha pontilhada representa os efeitos de certos grupos que procuram alterar as regras do jogo. Os indivíduos possuem um papel importante na estrutura de governança por causa dos pressupostos comportamentais que são condições para ocorrência do custo de transação. Podem existir efeitos tanto do ambiente institucional quanto da governança sob preferências endógenas. A NEI e a ECT tomam as características como convicções e preferências, características individuais como dadas.

A escolha da estrutura de governança por parte dos agentes, sendo elas: mercado, firma (estrutura hierárquica) e híbrida deve passar pelo crivo das características que Williamson menciona como a *especificidade* dos ativos, incerteza e a frequência, visto que a cooperação entre as partes e com isso as salvaguardas serão menores a medida que a transação vai ficando mais frequente.

Como já fora comentado, o mercado não é a estrutura que consiga desempenhar o melhor papel para a coordenação dos indivíduos quando o objeto é um bem específico, pois quando um ativo é específico há uma possibilidade do comportamento oportunista de agentes que tenham mais informação a respeito do bem ou serviço transacionado. A manipulação surge pelo fato de que não dá para saber de todas as informações dada a racionalidade limitada em ambientes complexos e cheios de incerteza, a elaboração do contrato se torna mais custosa. Ainda que o contrato seja muito bem elaborado, tendo em vista os pressupostos comportamentais: Racionalidade limitada e oportunismo ficam difíceis à antecipação de todas as cláusulas que no futuro poderão ser úteis. Há uma incompletude contratual.

(...)em um ambiente econômico que envolve incerteza e complexidade – algo especialmente grave em situações de transformação como é característico do processo de desenvolvimento econômico – os limites naturais da racionalidade humana são pressionados. Com isso, as partes na transação que se encontram em desvantagem ficariam – na ausência de salvaguardas – à mercê de eventuais manipulações pelas partes em condições de extrair ganhos de sua posição. Os conflitos que disso podem resultar se materializam em custos de transação. Daí a teoria que trata deste tipo de problema ser conhecida como teoria dos custos de transação. FIANI (2013, p.28)

Dada a incompletude dos contratos é necessário para que se mantenha coordenação entre os indivíduos estruturas que deem conta das insuficiências do contrato, de ajustes *ex post* aos termos da transação. As estruturas alternativas são denominadas segundo Williamson de Estrutura hierárquica e híbrida.

Identificadas as estruturas de governança podemos caracterizá-las. A governança hierárquica corresponde a estrutura integrada da firma em que o processo de produção ocorre na mesma propriedade mudando o local dentro da firma de uma etapa para outra. Nesse tipo de estrutura é a hierarquia, controles administrativos que definem como será a alocação dos recursos e como serão coordenadas mudanças. Na hierarquia, ao contrário de uma adaptação autônoma em que os incentivos do mercado levariam a sociedade a uma situação eficiente, o que se vê é uma adaptação coordenada. Em uma situação envolvendo um grau alto de incerteza e especificidade dos ativos, ações rápidas coordenadas trarão menores custos, justificando assim a opção por esse tipo de estrutura. Em uma situação de *especificidade* os indivíduos tendem a ter leituras sobre a transação de maneira diferente o que pode não levar a uma situação de eficiência. “A relação de autoridade(*fiat*)<sup>13</sup> possui vantagens adaptativas em relação a autonomia para o tipo de transações que envolva dependência bilateral ou multilateral” (WILLIAMSON, 1996 p.103, apud FIANI, 2011, p.102). Em compensação a hierarquia possui o maior gasto com burocracia e perdas de economia de escala.

O mercado é uma estrutura de governança caracterizada pela existência de incentivos que são os ganhos e as perdas monetárias, através desses incentivos eles tomam as decisões. Nesse tipo de estrutura a transação não exige uma terceira parte, as partes precisam consultar apenas a própria experiência.

O mercado não considera custos administrativos como a estrutura hierárquica, pois as partes possuem autonomia -adaptação autônoma- cada agente decide por conta própria como comportar-se diante de mudanças na transação. Qualquer vendedor ou comprador podem substituir a contraparte sem incorrer a altos custos. Não havendo esse interesse em sustentar uma relação, a melhor resposta, dada uma mudança, é cada indivíduo buscar a melhor solução para si.

A estrutura híbrida incorpora elementos da hierarquia e do mercado. Williamson (1996) o autor sugere que essa forma contém propriedades distintas de mercados e

---

<sup>13</sup> Uma ordem autoritária ou arbitrária: Decreto

hierarquias. O mercado tem propriedade incentivo e ausência de controle administrativo, promovendo assim uma adaptação independente; já no caso de hierarquias existe controle administrativo e ausência de incentivos, sendo coordenados por alguém dada uma mudança. Por conter propriedades distintas, a estrutura híbrida possui uma mescla de adaptação, uma adaptação coordenada com a presença de uma hierarquia administrativa (hierarquia) e adaptação autônoma com incentivos (mercado). A escolha dessa estrutura, assim como todas as outras, tem como referência a incerteza, frequência e principalmente a especificidade dos ativos. À medida que a incerteza diminui e a transação caminha para uma situação de especificidade moderada a estrutura híbrida ganha força, ou seja, quando a transação não envolver majoritariamente nem adaptações autônomas nem coordenadas por um aparato administrativo.

Atributos	Estruturas de Governança		
	Mercado	Híbrida	Hierarquias
Incentivos	Fortes	Moderados	Ausentes
Controles Administrativos	Ausente	Moderados	Fortes
Adaptação autônoma	Forte	Moderada	Ausente
Adaptação coordenada	Ausente	Moderada	Forte

**Quadro 1** - Atributos das estruturas de governança

Fonte: Fiani (2011, p.101)

Os arranjos mercado e firma são mais adequados em momentos de incerteza, porque possuem estruturas de tomada de decisão mais ágeis: a firma, por meio controle burocrático; o mercado, com adaptação autônoma. À medida que a incerteza diminui, a forma híbrida assume seu espaço, se adequando melhor a transações com necessidade moderada de investimento em ativos específicos.

### 3. PAPEL INSTITUCIONAL DO ESTADO

Williamson (1996) afirma que as estruturas de governança serão alinhadas, ainda que se observe os pressupostos comportamentais. Isto é, para Williamson ainda que os indivíduos possuam racionalidade limitada são racionais o bastante para escolher a estrutura de governança que possibilite um custo de transação menor; essa é a hipótese

do alinhamento diferenciado. A partir da falta de resposta mais elaborada sobre a coordenação entre agentes com racionalidade limitada e a escolha eficiente de uma estrutura Williamson não deixa claro como isso pode ocorrer.

Segundo Granovetter (1985) existe uma maneira alternativa de escolher uma estrutura, ainda que o agente tenha racionalidade limitada, essa alternativa é a coordenação informal. Essas redes podem assumir um papel de reduzir os conflitos existentes, alternativa será um mecanismo formal previamente estabelecido pelo Estado.

Desta maneira para chegar a um alinhamento de uma estrutura melhor, os agentes utilizam elementos institucionais que já existem no ambiente como convenções e normas sociais ou valer-se de mecanismos de coordenação formal como o Estado para economizar racionalidade limitada e desta maneira firmar estruturas de governança que minimizem os custos de transação.

O elemento institucional escolhido para ser estudado será o Estado, ele consegue ser a alternativa a hipótese de alinhamento da escolha de estrutura de governança eficiente que Williamson pressupõe uma estrutura que é racionalmente escolhida mesmo que os indivíduos possuam racionalidade limitada.

Fiani (2011) define o que é o papel institucional

A expressão “papel institucional” pode se referir ao papel do Estado na constituição dos arranjos institucionais (as estruturas de governança) necessários ao bom funcionamento da economia, reduzindo conflitos e promovendo a cooperação, de forma a diminuir os custos de transação. Também pode se referir do papel do Estado ao fornecer o ambiente institucional — a Constituição, as leis, regulamentos públicos etc. — e deixar que os agentes privados constituam as estruturas de governança sobre esta base (FIANI, 2011, p.154)

O papel do Estado como instituição importante para uma mudança estrutural sempre esteve presente. No pós-segunda guerra mundial os países ocidentais caminharam rumo a uma maior intervenção estatal utilizando uma combinação do pensamento clássico e influência Keynesiana. O Estudo do desenvolvimento econômico surge nesse período na tentativa de impulsionar o crescimento dos países que não tinham conseguido se industrializar.

Autores como Rosenstein-Rodan e Nurkse argumentam sobre a intervenção como resposta a externalidade, problema de coordenação e redução de riscos. Para Rosenstein-Rodan o mercado não consegue coordenar de maneira eficiente dos investimentos, pois os países em desenvolvimento passam pelo problema de pequenos

números. O desenvolvimento industrial depende do tamanho ótimo das firmas, porém cada empresário considera apenas sua decisão, desconsiderando um possível investimento de outro, então sua decisão de investir em uma determinada indústria leva em conta apenas o lucro atual, ou seja, o empresário não consegue ter uma visão de futuro da economia. Com uma intervenção seria possível tanto um retorno privado como um retorno social. Nurkse defende a coordenação de investimentos para deslanchar rumo ao desenvolvimento. Para ele setores produtivos que podem quebrar um ciclo de baixo retorno tanto individual como social dependem de uma coordenação, pois esse ciclo depende do tamanho do mercado, que por sua vez depende de atitudes individuais do empresário, tendo em vista o tamanho do mercado. Desta maneira a economia fica engessada. (BASTOS e BRITTO, 2010, p.35).

Desde o início de 1970 houve uma mudança dramática nas visões teóricas sobre o ativismo do Estado, tanto nos países desenvolvidos quanto nos países em desenvolvimento. A crise que o mundo experimentou nesta década deu margem para ataques de economistas neoclássicos de diferentes correntes à intervenção estatal, responsabilizando o Estado pelo momento ruim. Para esses economistas neoclássicos, a intervenção, em especial o protecionismo, gerava ineficiência e por isso os países não conseguiam chegar a uma situação ótima; outro ataque quanto à intervenção estatal ocorreu pela tese de falhas de governo.

A teoria de Estado associada a falhas de governo ficou conhecida como teoria do *rent-seeking*. Esta teoria trata que dado que o Estado reúne atores diversos que se juntam em vários grupos com interesses próprios, a intervenção estatal, segundo essa linha, teria como objetivo apenas garantir os interesses de certos grupos e indivíduos

Agentes privados ou grupos buscam regras de proteção contra a competição do mercado na forma de privilégios, buscando reduzir a competição e aumentar seus lucros. A competição não se dará nos mercados, mas sim através de lobbies, piorando ainda mais uma situação de países que estão em um processo de desenvolvimento. Como sintetiza Fiani: “(...) os agentes privados na economia começariam a competir entre si, por exemplo, por meio de lobbies, para conseguir do Estado o estabelecimento de regras que os protegeriam da competição e aumentariam os seus lucros” (FIANI, 2011, p. 164). Diminuindo os recursos que poderiam ser usados na economia, o bem-estar social diminui. Assim, a intervenção estatal é ineficiente reduzindo o investimento produtivo e levando à consolidação de uma estrutura econômica ineficiente baseada em

capitalistas improdutivos que utilizam de *rent-seeking* e os mercados, considerados aqui competitivos, se deixados livres chegarão a uma situação ótima. Alguns autores neoclássicos consideram a falha de governo como sendo recorrente, enquanto as falhas de mercado são raras, transformando a intervenção estatal na responsável pelo atraso econômico

Porém a teoria do *rent-seeking* falha ao se estabelecer sobre o pressuposto de que a organização da economia é feita por mercados competitivos, o que não é verdade, principalmente em países que estão passando por um processo de desenvolvimento. A questão do Estado deve fugir de resoluções gerais, pois o Estado e o mercado são construções sociais que apresentam diferentes características variando de sociedade para sociedade, então deve-se analisar quando priorizar cada estrutura. É necessário analisar cada caso e ver o motivo de porquê um o Estado foi eficiente e quais as características de um Estado que possibilite um crescimento ou um Estado que esteja apenas servindo a interesses de certos grupos. Sanchez-Ancochea (1999) argumenta sobre a relação do Estado e sociedade

Moreover, the view of both the state and society as just a collection of maximizing individuals acting in a vacuum is not very illuminating. Individual actions can only be understood in a concrete institutional context that determines beliefs, norms, commitments, etc. (SANCHEZ-ANCOCHEA, 1999, p.6)

Economistas ortodoxos consideram as instituições como garantidas e a evolução de pensamento que os institucionalistas empregam é dizer que as instituições importam, não apenas o mercado competitivo, mas outras instituições, entre elas o Estado, implicando uma relação importante entre as relações de mercado, sociedade e Estado. A NEI, por exemplo, diz que outras instituições são importantes em um ambiente com um custo de transação muito alto, ou seja, o mercado nem sempre consegue uma coordenação ótima. “As instituições são, por isso, arranjos que os indivíduos estabelecem para minimizar esses custos” (Estevão, 2004, p. 9). O Estado no pensamento da NEI adquire peso na questão do ambiente institucional – regras de uma maneira geral – e cabe aos indivíduos racionais, apesar da racionalidade limitada, escolherem a melhor instituição para superar o problema da informação que gera custo de transação muito alto, construindo arranjos institucionais que favoreçam a cooperação e que diminuam os conflitos, ação importante especialmente em países que passam por um processo de desenvolvimento onde o ambiente complexo e com grande incerteza,



pressionam ainda mais a racionalidade que já é limitada. Esses economistas apesar de complementar a teoria neoclássica criando um conceito de custo relacionado a transação, ainda mantem o indivíduo racional como centro da análise econômica e os mercados ainda são a estrutura mais eficiente. Quando o custo de transação não é muito alto o mercado é a instituição mais eficiente. O mercado ainda é a instituição ideal.

A teoria de Estado de Chang analisa historicamente as políticas adotadas pelo Estado e uma visão em que o Estado consegue resolver problemas de cooperação causados pela presença de *especificidade* dos ativos.

### 3.1 Ha-Joon Chang

Ha-Joon Chang é um economista sul coreano que tem desenvolvido um volume de publicações em desenvolvimento econômico, a partir de crítica institucionalista bem interessantes. Sua contribuição para a economia é profícua contribuindo em temas como política industrial, desenvolvimento econômico, teoria das instituições, globalização e sobre o papel do Estado.

Contribui em duas linhas. A primeira faz uma análise histórica da ação do Estado no desenvolvimento econômico utilizando exemplos históricos, analisando as políticas e instituições utilizadas por uma ampla gama de países em sua fase de *catching-up*. Esse estudo buscava criticar as teses do pensamento liberal que julgava que o mercado seria o bastante para levar uma sociedade ao desenvolvimento, porém, uma das características basilares e comuns nos países, dentre eles Grã Bretanha, Estados Unidos, Holanda e Japão, analisados por Chang, com variações de um país para outro, foi a utilização de políticas e instituições de proteção à indústria nascente. Segundo Chang:

In the debate on industrial policy, there has been a lot of ideologically- motivated (or ideologically-blinded) misrepresentation of real-life cases...[like] the persistent myth that most of today's rich countries, especially Britain and the US, became rich through free-market and free-trade policies. Fortunately, it is increasingly accepted that virtually all of today's rich countries used protectionism, subsidies, regulation of FDI deliberately lax IPR laws, and many other measures of industrial policy in their earlier stages of development. (CHANG, 2012, p. 18)

Chang analisa a Grã-Bretanha, o berço do liberalismo econômico, mas o que Chang chega a conclusão é que a maior parte do período analisado, século XIX e XX, a Inglaterra adotou medidas protecionistas. Dentre suas medidas protecionistas estão à

proibição da importação de tecidos de lã, a exportação de lã bruta e até mesmo de produtos sem muitos acabamentos. Além disso, os Estados Unidos no século XIX adotou uma política de proteção à indústria norte americana que foi do século XIX até o final da segunda guerra através de uma proteção tarifária, e a segunda linha possui um caráter mais teórico, consiste em uma visão sobre o sistema econômico e o papel que o Estado desempenha no funcionamento do sistema econômico e desenvolvimento. Crítico da teoria neoliberal ortodoxa, Chang apresenta o que é a economia política institucionalista (EPI) em 2001. O artigo expôs os fundamentos teóricos de uma abordagem institucionalista que é alternativa à visão convencional em termos de instituições, agência humana, papel do Estado e do mercado, mudança institucional e desenvolvimento econômico. Este conceito inclui diversos fatores políticos, econômicos e sociais. Chang primeiro mostra as limitações da economia convencional sobre o processo de desenvolvimento, pois as teorias assentadas no neoliberalismo erram em explicar as trajetórias do processo de desenvolvimento e na importância do papel do Estado nas economias, para que, depois possa instituir sua teoria reinserindo uma abordagem histórica. A EPI é indicada por Chang como:

IPE is a “political economy” approach because, like the neoliberals analysis, it puts emphasis on the role of political factors in determining state policy. However, the political economy of IPE goes much further than its neoliberals counterpart in that it emphasizes the fundamentally political nature of the market and applies the political economy logic to the analysis of the market, and not just to the analysis of the state. At the same time, IPE is an “institutionalist” approach because, like the new institutionalist branch of neoliberals economics, it emphasizes the role of institutions in affecting human actions, including those within and surrounding the state. However, the institutionalism of IPE goes much further than that of NIE in that it emphasizes the “temporal priority” of institutions over individuals (rather than the temporal priority of individuals over institutions, as it is done in the NIE) and that it sees institutions as not simply “constraining” individuals behavior (as in the NIE) but also as being “constitutive” of individuals motivations. (Chang, 2001, p. 20-21).

Para ele, o mercado, ainda que uma instituição importante, nem sempre será a melhor forma de organização da economia, existem casos em que há alternativas melhores para organização da economia, como a atuação do Estado no Japão e Coréia. Ao Estado não cabe o papel apenas de intervir quando houver falha de mercado, o Estado tem importância para a mudança de estruturas produtivas.

A coordenação feita pelo mercado, uma coordenação *ex post*, coordena somente após os investimentos terem sido realizados, utilizando os preços como mecanismo. Esse tipo de coordenação não seria a melhor solução quando se trata de ativos

específicos, pois ao contrário de ativos não específicos - situação em que caso o preço não remunere adequadamente o investimento realizado no ativo esse ativo pode ser transferido para um setor que possibilite um rendimento melhor – a transferência de um ativo provoca perdas consideráveis no valor dos investimentos originais no caso de ativos específicos essa transferência provoca perdas consideráveis, dependendo da especificidade, como casos de infraestrutura, *especificidade* física, correm o risco de virarem sucata, uma vez que o valor do ativo sofrera uma redução maior do que a perda devido a sua depreciação, então em casos de ativos específicos há uma perda de valor maior caso o ativo necessite de uma transferência. Esse é um ponto importante, já que o sistema econômico que Ha-Joon Chang pressupõe é um sistema marcado por elevado custo de transação, em que uma série de atividades possuem ativos específicos, tais como: de atributos físicos, de ativos dedicados e ativos humanos.

Portanto, o mercado nem sempre é a melhor estrutura para coordenar as atividades econômicas. A decisão de utilizar o mercado como estrutura, em casos de especificidade dos ativos, resulta em desperdício econômico. Uma economia que esteja passando por um processo de desenvolvimento passa por uma economia repleta de ativos específicos, portanto, se afasta da situação de eficiência que o mercado conduz. Como descrito por Fiani:

(...)mecanismo de preços, como enfatiza Ha- Joon Chang (1996), realiza uma coordenação *ex post* das atividades econômicas; ou seja, coordena as atividades econômicas somente depois das decisões de investimento já terem se concretizado. Apenas depois da fábrica construída e inaugurada, quando o seu produto for vendido no mercado, é que o empresário irá descobrir se o investimento será remunerado adequadamente. (FIANI, 2011, p. 215)

Complexidade e incerteza se tornam mais fortes em uma economia em desenvolvimento, visto que é uma economia em constante transformação. Somado a isto existe sempre a questão da racionalidade limitada. Racionalidade limitada, complexidade e incerteza em economias em desenvolvimento são mais fortes, assim serão os custos de transação, potencializando o risco de decisões equivocadas. Diante destas características citadas se torna necessário a necessidade de algum mecanismo que oriente a interdependência dos indivíduos, a fim de que promova uma cooperação maior entre as contrapartes e a redução de conflitos através de uma coordenação *ex ante* coordenação essa que possivelmente impediria o desperdício de recurso econômico. Sem essa coordenação, apenas deixando o mercado e os preços guiarem o rumo da

economia, possivelmente não chegará a um resultado eficiente, dado que como vimos o mercado funciona em uma situação em que há muitos compradores e vendedores. Desta maneira outra estrutura é necessária para coordenar os agentes. O Estado pode atuar de maneira a coordenar os agentes sendo coordenador, provedor de visão de longo prazo, construtor de instituições e gestor de conflitos.

### **3.1.1 O Estado como Coordenador, Provedor de visão de longo prazo e Construtor de Instituições.**

Alguns economistas do desenvolvimento relacionam a falta de coordenação entre os agentes ao subdesenvolvimento. Isso fica mais claro porque em uma economia moderna existe uma grande interdependência das atividades, que decorre de uma especialização do trabalho, então para que as escolhas em uma economia complexa e incerta, com indivíduos interdependentes, seja mais assertiva a coordenação entre os agentes se mostra muito importante, pois nem sempre a soma das escolhas individuais gera uma posição eficiente. A ineficiência de atitudes autônomas pode ser por causa da incapacidade de prever os acontecimentos futuros ou pela incerteza quanto aos outros agentes, o mecanismo que as pessoas possuem é o preço, coordenação *ex post*, coordenando somente após a realização do investimento e o Estado é capaz de uma coordenação *ex ante*. Aponta Fiani:

Portanto, de acordo com Ha-Joon Chang, em uma economia com elevado grau de interdependência entre seus componentes e propriedade dispersa entre inúmeros agentes privados, qualquer mudança mais ampla deve esbarrar quer na incapacidade dos agentes de perceber as relações sistêmicas mais amplas de suas decisões, quer na insegurança com relação a uma resposta adequada – em termos de produção e de investimento – dos demais agentes.(FIANI, 2011, p. 220)

Essa coordenação que o Estado pode exercer reduz a incerteza, e assim, os custos de transação. Desta maneira com o Estado coordenando, a mudança estrutural fica mais próxima. Somente o Estado seria capaz de analisar os inúmeros setores da economia, detectar empecilhos na infraestrutura e reconhece áreas que, a princípio, seriam estratégicas para gerar as mudanças estruturais necessárias. Ele teria os recursos para este fim.

O processo de desenvolvimento para Chang não se trata apenas de coordenar a economia a um ponto superior de equilíbrio a partir dos pontos de equilíbrio já

existentes, pois os processos de desenvolvimento criam novos elementos, assim, as possibilidades são totalmente alteradas, não sendo possível definir qual é a melhor.

Mudanças estruturais para o desenvolvimento precisam mais do que simples escolhas dos indivíduos dentre as alternativas existentes, exigem a formulação de uma visão de longo prazo, na medida que, com o processo de desenvolvimento novos elementos são criados. Chang argumenta sobre a mudança estrutural não ser vista como meramente a mudança para um equilíbrio mais alto

It requires formulating the choice set itself, namely, providing a vision for the future. And the state, as the central agent, can play an important role in providing such a vision. By providing such a vision at the early stage of the change, the state can drive private sector agents into a concerted action without making them spend resources on In engineering a structural change the state is providing a vision rather than merely coordinating a move to a higher equilibrium; this means that there is an important entrepreneurial element in the exercise(CHANG, 2003, p.53)

A estrutura produtiva potencial de uma economia não é pré-determinada por vantagens comparativas derivadas de suas atuais dotações de fatores, ela é uma construção do processo de desenvolvimento Evans (1995) e provoca uma decisão sobre qual é o melhor setor. Essa decisão é um tipo de especulação que os agentes interdependentes dificilmente chegariam, uma vez que, os indivíduos autônomos não tomam suas decisões pensando primeiramente no outro, além do problema da informação.

Os governos realizam essa função iniciadora em processos de desenvolvimento , sendo o caso da Ásia oriental o mais famoso, mas também nos Estados Unidos, onde o governo apoiou setores estratégicos durante um período, seja com o investimento direto em infraestrutura, formação de capital humano dentro do país, ou atividades de Pesquisa & Desenvolvimento, que produziram significativos avanços em termos de tecnologias nacionais. Chang salienta que a indústria foi a mais beneficiada:

Por importante que tenha sido, a proteção tarifária não foi a única política de que o governo americano lançou mão para promover o desenvolvimento da economia na fase de *catchin-up*. Desde a lei Morrill de 1862 e provavelmente já desde a década de 1830, o estado patrocinou um amplo espectro de pesquisas agrícolas. As medidas adotadas incluíram a concessão de terras do governo para a instalação de faculdades agrícolas e a criação de institutos de pesquisa oficiais, como o Departamento de Indústria Animal e o de Química Agrícola. Na segunda metade do século XIX expandiram-se os investimentos em educação pública (...) O papel do estado norte americano na promoção do desenvolvimento de infraestrutura de transporte (...) também foi decisivo na plasmção do projeto de desenvolvimento nacional(...) Industrias como a de computadores, a aeroespacial e a de internet, nas quais os Estados Unidos ainda se mantém na

vanguarda internacional, a despeito do declínio de seu liderança como um todo, nunca teriam sido possíveis sem a P&D militar financiada pelo governo federal.(CHANG, 2002, p. 60-61)

Para Chang, o Estado além de coordenar os agentes para alcançar determinado objetivo de desenvolvimento, é função do Estado prover e guiar a economia sobre qual deve ser o foco dos recursos de longo prazo evitando que o mercado que só possui uma coordenação *ex ante* desperdice recursos econômicos em setores que possivelmente venham a ser arcaicos e com baixa produtividade.

Com o Estado sinalizando que irá investir e estimular algum setor da economia durante um longo período, a incerteza por parte dos agentes diminui e cria-se uma expectativa positiva com a ação do Estado. A ação do Estado cria um clima que favorece a transação e diminui o conflito gerado por incertezas.

Mesmo o Estado, por muitas vezes, ser a instituição que melhor possibilite um caminho rumo ao desenvolvimento perante um mundo de incerteza, complexidade, racionalidade limitada, oportunismo e *especificidade* dos ativos não significa que essa ação estratégica sera sempre acertada, pois é uma decisão muito difícil e cheia de incertezas. Como Chang afirma: “Moreover, we accept the possibility that the vision provided by the State as an entrepreneur may be wrong from the beginning, that is, due to a failure to modify it according to changes in the environment.” (CHANG, 2003, p. 54) e mais.

Dado que o Estado assim como qualquer outra instituição pode errar ao tentar promover algum setor estratégico, ele pode tomar uma medida para diminuir a possibilidade de uma visão errada sobre o futuro, criando um mecanismo para se chegar a um consenso sobre as diferentes visões que permeiam a sociedade sobre qual deve ser o setor a ser promovido.

O processo de desenvolvimento é marcado por uma transformação estrutural. Essa transformação é marcada por mudanças radicais quanto a interdependência entre os agentes da economia e o Estado é a única instituição que tem a capacidade de legalizar os novos direitos de propriedade e relações de produção (Chang e Rowthorn, 1995, p. 41). O Estado deve criar ou fortalecer instituições que possibilitem uma coordenação e comunicação melhor entre os indivíduos, e uma comunicação melhor quando desempenhar essa função para com a sociedade, guiando desta maneira a uma

mudança estrutural e gerenciando novas relações de produção. Chang faz a seguinte afirmação sobre o Estado e a construção de instituições:

State entrepreneurship does not stop at providing a vision for the future. If its vision to be realised, the state has to provide an institutional reality to it. In Fact the success, or otherwise of private enterpreneurship itself also critically depends on the construction of new institutional vehicle for realisation of tis vision- as seen in the case of british railway companies.(...) This means that we need to look the role of the state as an institution builder(CHANG, 2003, p. 54-55)

### **3.1.2 Gestor de conflitos**

O processo de mudanças estruturais que os países passam envolvem um grande deslocamento de recursos, mudanças que alteram os fatores de produção transferindo recursos de uma atividade para outra, transformando os padrões das atividades econômicas. Citando Kuznets (1973) Chang (2003, p. 57) observa isso “eloquently argued, technological innovations which characterise the modern growth and structural change process inevitably lead to dislocation of productive factors, thus making the process extremely conflictual”. Em um ambiente como a teoria convencional formula suas hipóteses, ambiente de perfeita mobilidade de fatores, essa mudança não seria um problema, na medida que forças de mercado ,através da realocação dos ativos, levariam a economia para um novo ponto de equilíbrio rapidamente, mas ao contrário do modelo da teoria convencional, no mundo real alguns fatores são imóveis e o equilíbrio nem sempre é rápido. Chang argumenta sobre isso para tratar de outro aspecto do Estado:

When the mobility of certain physical and human assets is limited, their owners will face the prospect of 'obsolescence, unemployment and income differentials', if they accept the market outcome. For this reason, those who have invested in particular physical capital, skills, contractual relationships and even political patronage are likely to resist changes thereby provoking counteractions from other groups. This makes the developmental process potentially very conflictual. (CHANG, 1999, p. 196)

O processo de ajuste lento e a imobilidade de certos ativos pressionam o conflito entre os agentes. Os donos dos ativos físicos e humanos que são limitados enfrentam “the prospect of obsolescence, unemployment and income differentials” (CHANG, 2003, p. 57). Desta maneira, o proprietário dos ativos pode sofrer cortes nos rendimentos, e a partir deste corte, aceitar esse resultado ou ir contra o imperativo do mercado. As ações que o agente que se vê prejudicado toma frente a uma diminuição do seu ativo são ações político-sociais como greve, protestos ou suborno.

O processo de desenvolvimento é resultado de uma transformação radical na estrutura produtiva. Essa transformação é marcada por conflitos, uma vez que os agentes que efetuaram investimentos em ativos específicos ficam extremamente frágeis frente a uma mudança estrutural, pois o investimento realizado em ativos específicos perde muito o seu valor ficam muito desvalorizados.

A liberalização e generalização dos mercados em um mundo marcado pela especificidade dos ativos não parece ser a melhor resposta para chegar ao desenvolvimento. O conflito social em uma sociedade que não possui tantos ofertantes assim de um produto, pelo contrário, pode ser ainda maior caso o país seja regulado apenas pela lei dos mercados e como destacado por Fiani (2011). Para promover o desenvolvimento é necessário diminuir o conflito que ele produz.

O Estado pode gerenciar os conflitos, diminuindo os riscos de incerteza, assim, os agentes se sentem assegurados em investir em ativos específicos e desta maneira favorece o dinamismo da economia, ou seja, o Estado ao utilizar de seu papel como gerente de conflitos ele não apenas pode melhorar aspectos sociais como também melhora a incerteza e desta maneira ajuda a atingir uma forma de governança mais eficiente e os indivíduos diminuem sua aversão aos riscos. (Chang; Rawthorn, 1995, p. 44) indicam que os conflitos fazem com que os indivíduos corram para ativos mais líquidos.

Chang (2003) discorre sobre as formas de gerenciamento e alguns exemplos. Essas formas podem ser através da aceitação da solução do mercado; não aceitar os resultados de mercado e proteger grupos específicos da sociedade (essa maneira tende a favorecer grupos grandes procurando evitar desemprego) como quotas de carros japoneses em alguns países da Europa, política de renegociação de preços usada na crise do carvão no Reino Unido no início dos anos 90; políticas monetárias ao afetar a taxa de inflação fazem transferência de renda disfarçadas fiscais que favoreçam certos grupos ou compensem quem sai prejudicado, mas sem especificar sua identidade com a transferência de renda direta através de salário desemprego e programas de apoio à renda mínima. Esses programas têm sido fundamentais para reduzir o conflito social e por último o Estado pode redefinir o que é ou não parte da agenda pública, alterando o número de problemas públicos, o que implica em saber se o Estado deve ou não intervir e cita o caso do desemprego que é tratado como problema público em economias que fazem parte da OCDE. O desemprego já foi uma questão deixada fora do escopo



público, era um problema estritamente econômico nos governos liberais com o crescimento da ideologia de livre mercado retornando como prioridade ao fim da segunda guerra.

As formas exemplificadas por Chang elucidam que o gerenciamento de conflito ou o estado empreendedor vão além de cuidar do bem-estar social, o Estado exercendo essas funções reduz incertezas, melhorando as formas de governança e reduzindo o medo dos riscos por parte dos agentes.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A abordagem inicialmente utilizada por Coase (1937), e posteriormente auxiliada por Williamson é um alargamento teórico do pensamento ortodoxo. Essa análise ajuda a acrescentar pontos importantes que eram tratadas como dados na teoria convencional como a questão da organização da firma, onde as falhas não eram consideradas importantes e o preço como mecanismo fundamental. Ao definir o conceito de custo de transação, Coase contribui com um instrumental analítico interessante para a questão do problema da coordenação, que ajuda a ratificar o pensamento de que o mercado nem sempre será a melhor escolha. Williamson estrutura o custo de transação utilizando pressupostos como racionalidade limitada, oportunismo e as características de uma transação como frequência e especificidade dos ativos, e assim, derivando condições necessárias para avaliar qual estrutura de governança é a melhor para uma determinada transação e quem irá escolher essa estrutura são os agentes econômicos, ainda que com uma racionalidade limitada.

Chang também reconhece que existe um problema de coordenação entre os agentes, com uma economia com custos de transação altos, assim como os conflitos e uma baixa cooperação entre os agentes e que a economia para muitas ações necessita de ativos específicos. Diante do quadro de ativos específicos a melhor maneira de coordenar os agentes seria um arranjo institucional que permitisse uma coordenação *ex ante*, a fim de minimizar desperdícios, contudo o mecanismo de preços so consegue coordenação *ex post*. Caberia ao Estado esta função de possibilitar este tipo de coordenação, pois os indivíduos, com racionalidade limitada, utilizariam de um aparato institucional já estabelecido para economizar a racionalidade limitada e tomar uma decisão mais acertada.

As duas linhas concordam que o mercado, com seu mecanismo do preço, nem sempre é a melhor instituição para coordenar certos tipos de transação devido principalmente à especificidade dos ativos, porém Coase e Williamson ainda se apegam a teoria convencional de que o mercado é a estrutura mais eficiente e quando não for a mais eficiente, os indivíduos com racionalidade limitada escolherão a estrutura que possuir menor custo para uma dada transação, além do que para a maioria dos autores, as instituições atuam para limitar o comportamento humano e isso vai diferenciar do que pensa Chang, pois ele não pensa as instituições como mecanismos triviais para chegar a uma situação eficiente e nem apenas como estrutura capaz de restringir o comportamento, para Chang uma instituição é um complexo de regras formais e informais, e assumem um papel não só de restringir, mas também de constituir e possibilitar a ação humana.

A coordenação de Coase e Williamson se preocupa mais com uma questão de escolha de estrutura que minimize os custos de transação e melhore a eficiência, enquanto para Chang a coordenação é mais do que mudança de equilíbrio, de um ponto ineficiente para um ponto eficiente, pois em casos como o processo de desenvolvimento de um país, surgem possibilidades que ainda não estavam presentes, então não dá para coordenar os agentes ao que é melhor. O Estado pode oferecer mais que uma coordenação de um ponto de equilíbrio para um outro superior, pode oferecer visão de longo prazo, criar novas instituições e gerir conflitos possam surgir a o problema da coordenação econômica vai além da simples coordenação devido a uma dificuldade de movimento simultâneo. O problema da coordenação, para Chang, passa por uma visão de longo prazo e por gerir conflitos.

A convergência pode ocorrer na questão da estrutura híbrida, quando o Estado participa do arranjo híbrido. Nos arranjos híbridos, situação que incorpora elementos tanto do mercado quanto da firma, o Estado possui uma posição melhor para coordenar os agentes privados, pois consegue gerir melhor conflitos e possui uma visão de longo prazo, além de se sobrepor aos interesses individuais diminuindo a incerteza quando a comportamentos oportunistas. Isto é importante pois a presença de ativos compartilhados cria uma necessidade de coordenação, dado que, incentivos existentes podem motivar o comportamento oportunista de alguma parte, sendo assim, ajudaria a aumentar o custo de transação. Como mostra uma linha do pensamento de Chang, essa

atuação entre agentes privados coordenados pelo Estado como centro estratégico<sup>14</sup> foi importante para países que hoje são desenvolvidos como caso da Inglaterra, onde o Estado atua de maneira a reduzir os riscos da indústria de lã, outro exemplo seria os Estados Unidos na questão das ferrovias e de indústrias de ponta como a de computadores e aeroespacial. No Brasil podemos ver um caso de sucesso envolvendo uma estrutura híbrida ao olharmos a Embraer.

O que se procurou demonstrar é que tanto a NEI e seus autores como Coase e Williamson quanto Chang vem permitindo a visualização, de maneira mais abrangente sobre o problema da coordenação. Entretanto tal tarefa não se pode realizar sob o amparo de uma única abordagem, mas com a convergência das contribuições aqui discutidas.

### **Referências Bibliográficas**

AZEVEDO, P. F. Integração Vertical e Barganha. São Paulo, 1996. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia e Administração, USP

CHANG, Ha-Joon. Globalization, Economic Development and The Role of the State. Penang: TWN; London: Zed Books, 2003, p.45-80

\_\_\_\_\_. Breaking the Mould: an institutionalist political economy alternative to the neo-liberal theory of the market and state. Cambridge Journal of Economics, N° 26, p. 539- 559, 2001.

\_\_\_\_\_. Chutando a Escada: A estratégia de desenvolvimento em perspectiva histórica. EditoraUnesp, São Paulo, 2002.

CHANG, Ha-Joon; ROWTHORN, Robert The Role of the State in Economic Change, Oxford: Clarendon Press, 1995. 302p

CONCEIÇÃO, Octavio A. C A dimensão institucional do processo de crescimento econômico: inovações e mudanças institucionais, rotinas e tecnologia social. Economia e Sociedade, Campinas 2007

CONCEIÇÃO, Octavio A. C Instituições, Crescimento e mudança na ótica institucionalista, teses fee N° 1, 2002, p.104-130

---

<sup>14</sup>No caso híbrido, centro capaz de coordenar e realizar o gerenciamento dos ativos, decisões e resultados compartilhados.

DEQUECH, David "Neoclassical, mainstream, orthodox, and heterodox economics," *Journal of Post Keynesian Economics*, Taylor & Francis Journals, vol. 30(2), pages 279-302, 2007.

EGGERTSSON, T. *Economic behavior and institutions*. The Press Syndicate of the University of Cambridge, 1990.

EVANS, Peter. *Embedded Autonomy: States and Industrial Transformation*. Princeton, N.J. :Princeton University Press, 1995

\_\_\_\_Além da "Monocultura Institucional": instituições, capacidades e o desenvolvimento deliberativo. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 9, p.20-63, jan. 2003

ESTÊVÃO, João. *Desenvolvimento Económico e Mudança Institucional: o papel do Estado*. In: *Working Papers*, nº 8. Instituto Superior de Economia e Gestão, 2004. p.20. Disponível em: <[http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/WP\\_DE\\_CESA2004.pdf](http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/WP_DE_CESA2004.pdf)>.

FIANI, R. *Cooperação e conflito: instituições e desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011

\_\_\_\_Teoria dos custos de transação. In: KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. *Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, p. 267-286, 2002

\_\_\_\_Arranjos institucionais e desenvolvimento: o papel da coordenação em estruturas híbridas. *Texto para discussão nº1815 / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*. - Rio de Janeiro, 2013.

HODGSON, Geoffrey. (1998). *The Approach of Institutional Economics*. *Journal of Economic Literature*.36. 166-192.

LANE, J., and ERSSON, S., *The New Institutional Politics. Performance and Outcomes*, London, Routledge, 2000.

MARIA, A., & SIMÕES, D. *A abordagem da velha economia institucional na investigação em contabilidade e controlo de gestão: contributos teóricos*. *RIGC*, X (19), 1–24, 2012.

NORTH, Douglas. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge: Cambridge University Press. 1990

\_\_\_\_Economic Performance through Time. *The American economic review*, v.84, n.3 1994, pp 359-368

\_\_\_\_The Process of Economic Change, *Research Paper 128*, World Institute for Development Economics Research. 1997

PESSALI, Huascar F. *Teoria dos custos de transação: Uma avaliação à luz de diferentes correntes do pensamento econômico*. Curitiba, UFPR, 1998

PINKSFELD, C; BRITTO, G. *Introdução*. In: ARGWALA, A; SINGH, S (Org.). *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010. p. 7-41.

PONDÉ, J. L. (1993). "Coordenação e Aprendizado: Elementos para uma Teoria das Inovações Institucionais nas Firms e nos Mercados". Dissertação de Mestrado, IE/UNICAMP, Campinas

PONDÉ, J. L.; FAGUNDES, J.; POSSAS, M. Custos de Transação e Política de Defesa da Concorrência. *Revista de Economia Contemporânea*, vol. 2, UFRJ, 1997, p.115-135

RAINER Kattel & Erik S. REINERT, "Modernizing Russia: Round III. Russia and the other BRIC countries: forging ahead, catching up or falling behind? 2010

RUTHERFORD, Malcolm. The Old and the New Institutionalism: Can Bridges be Built? *Journal of Economic issues* 29, no.2: 443-451, 1995

SCHMID, Allan. *Conflict and Cooperation: Institutional and Behavioral Economics*, Blackwell, 2004, Malden

SHIRLEY, M. M. Institutions and Development. In: SHIRLEY, M. M.; MÉNARD, (Ed.). *Handbook of new institutional economics*. Springer Berlin Heidelberg, 2008

TOYE, John "The New Institutional Economics and its Implications for Development Theory" In HARRIS, John; HUNTER, Janet; LEWIS, Colin M. (ed). *The New Institutional Economics and Third World Development*. Londres: Routledge, 1995

SANCHEZ-ANCONCHEA, Diego. *The Role of the State in Structural Change: An Institutional Approach*

VEBLEN, T. *The Place of Science in Modern Civilization and Other Essays*. New York: Huebsch

WILLIAMSON, Oliver E. *Markets and hierarchies: analysis and antitrust implications*. New York: The Free Press, 1975.

\_\_\_\_\_. Franchise bidding for natural monopolies-in general and with respect to CATV. *The Bell Journal of Economics*, p. 73-104, 1976.

\_\_\_\_\_. *The economic institutions of capitalism: firms, markets, relational contracting*. New York: The Free Press, 1985.

\_\_\_\_\_. Transaction cost economics in Oliver Williamson (eds.), *Handbook of Industrial Organization*, vol 1, Elsevier 1989

\_\_\_\_\_. Comparative economic organization: the analysis of discrete structural alternatives. *Administrative Science Quarterly*, v. 36, p. 269-296, 1991.

\_\_\_\_\_. *The mechanisms of governance*. New York: Oxford University Press, 1996.

\_\_\_\_\_. Transaction cost economics and public administration. In: *Public priority setting: Rules and costs*. Springer Netherlands, 1997. p. 19-37.

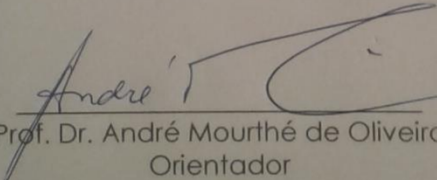
\_\_\_\_\_. Transaction cost economics: How it works; where it is headed, *De Economist*, 146(1), 1998, p. 23-58.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS – DEECO – ICESA  
COLEGIADO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS



Certifico que o trabalho de conclusão de curso intitulado:  
"Visões Institucionalistas sobre a Coordenação  
Econômica"  
de autoria do(a) aluno(a)  
"Daniel Martins Messias"  
foi aprovado sem recomendações de alteração pela  
banca examinadora e que estou de acordo com a versão  
final do trabalho.

  
Prof. Dr. André Mourthé de Oliveira  
Orientador

Mariana, 22 de dezembro de 2018.